



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Câmpus de Ilha Solteira

Thayline Vieira Queiroz

**Trajetória Histórica da Disciplinarização da Educação Ambiental na  
Rede Municipal de Ensino de Ilha Solteira, SP.**

Ilha Solteira  
2018

Thayline Vieira Queiroz

**Trajetória Histórica da Disciplinarização da Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino de Ilha Solteira, SP.**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos, da Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Ilha Solteira.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina Buso Dornfeld

Ilha Solteira  
2018

FICHA CATALOGRÁFICA  
Desenvolvido pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

Q3t      Queiroz , Thayline Vieira.  
Trajetória histórica da disciplinarização da educação ambiental na rede municipal de ensino de Ilha Solteira, SP / Thayline Vieira Queiroz . -- Ilha Solteira: [s.n.], 2018  
83 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. Área de conhecimento: Ensino, 2018

Orientador: Carolina Buso Dornfeld  
Inclui bibliografia

1. Educação ambiental. 2. Ensino fundamental I. 3. Políticas públicas.

  
Raiane da Silva Santos

Supervisora Técnica de Serviço  
Seção: Unidade de Referência, Atendimento ao Usuário e Documentação  
Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação  
C31674 - 2006

Thayline Vieira Queiroz

**Trajetória Histórica da Disciplinarização da Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino de Ilha Solteira, SP.**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos, da Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Ilha Solteira.

Comissão Examinadora

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carolina Buso Dornfeld  
UNESP – Ilha Solteira-SP  
Orientador

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Catia Bozelli  
UNESP – Ilha Solteira-SP

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria De Lourdes Spazziani  
UNESP – Botucatu-SP

Ilha Solteira  
10 de Agosto de 2018

Ao meu pai, Milton Queiroz, e minha mãe, Luzia Clemente Vieira, com todo amor e gratidão, por me possibilitarem mais essa conquista, e que buscam sempre o melhor de mim, mesmo nos momentos mais difíceis.

## **AGRADECIMENTOS**

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”

(Cora Coralina)

Meu especial agradecimento aos meus primeiros mestres: Pai Milton e Mãe Luzia. Grata pelo apoio incondicional em todos os momentos. Obrigada por terem contribuído com a minha educação e formação, com muito carinho e dedicação, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

A professora, educadora, orientadora e, principalmente, amiga, Dra. Carolina Buso Dornfeld. Agradeço a orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho. Poucos são tão privilegiados como eu por ter tido a sorte de conviver com uma pessoa tão generosa e dedicada. Obrigada por lançar-me num mundo novo de ideias, que guiaram e enriqueceram meu pensar e me ajudaram definir em que acredito e o que espero em relação à educação ambiental e à transformação da realidade em que vivemos.

As professoras participantes da banca de qualificação Dra. Fernanda Cátia Bozelli e Dra. Thaís Gimenez da Silva Augusto, a professora Maria De Lourdes Spazziani pelas contribuições enriquecedoras na defesa da dissertação, e também aos professores da Pós-Graduação que, por meio das disciplinas ministradas, proporcionaram tanto conhecimento.

Aos amigos da jornada acadêmica, a todos do laboratório e grupo de estudos LECBIO/UNESP, pelo aprendizado, vivências e reciprocidade.

Aos amigos e demais familiares que caminharam comigo, com quem tive a oportunidade de dividir angústias e alegrias, me proporcionando inspirações, afetos e a tantos ombros amigos que me apoiaram durante esta trajetória.

Somos senão um “eco”, cada um de nós tem um pouquinho de eco de cada um dos outros. É uma forma de entender que não se vive só, não se constrói nada só, e que toda pessoa se reveste de importância particular em nosso caminho. Os amigos, os conhecidos, os desconhecidos, aqueles que ajudam, todos, de formas diferentes, participam de quem nós somos. Então, aqui expresso minha gratidão a todas e todos que encontrei pelo caminho nesses últimos anos e que, de alguma forma fizeram parte deste trabalho e da minha eterna construção como ser. Minha eterna gratidão a vocês!

## RESUMO

Apesar de já incorporada pelas políticas públicas desde a década de 1970, a Educação Ambiental ainda sofre muita resistência no contexto escolar, pois se constituiu no Brasil como um espaço complexo de relações e interações sociais que contribuiu para a exposição pública de diversos atores e interesses, com frequentes embates, conflitos e disputas de poder. Nessa perspectiva, o estudo buscou responder as questões de pesquisa propostas com foco nos atores, trajetória e contextos históricos e sociopolíticos envolvidos na elaboração das políticas de projetos que culminou na implementação da Educação Ambiental no município de Ilha Solteira – SP, que iniciou-se a cerca de oito anos. Portanto, objetivou analisar a inserção da EA nas escolas de Ensino Fundamental I no município, por meio de um resgate histórico de sua implementação, buscando compreender o processo de disciplinarização da Educação Ambiental na rede de ensino de Ilha Solteira-SP. A pesquisa se configura em uma abordagem qualitativa, envolvendo um Estudo de Caso. Utilizou-se como fontes de estudo documentos escritos e entrevistas dos atores envolvidos na inserção da Educação Ambiental no município. Com base nos fundamentos teóricos adotados para esta pesquisa, considerando a concepção de Educação Ambiental crítica ao analisar os documentos, e também ao confrontar os discursos da entrevista, os dados evidenciam que, embora a EA tenha sido pensada, em um momento inicial, como uma espécie de enriquecimento curricular nas escolas de Tempo Integral, com o passar do tempo foi dada a ela um formato eminentemente disciplinar, e até mesmo político, afim de assegurar sua permanência nas escolas, por meio de um espaço curricular específico. Assim, até virar uma disciplina não houve uma intenção pedagógica e educacional, há indícios que o espaço permanente seria para manter o selo do Programa Município Verde Azul. Apesar de consolidada, nota-se a ausência de estratégias e planos de ações coletivas junto da comunidade escolar, que possam contribuir com uma rede de saberes necessários para o enfrentamento da complexidade que a Educação Ambiental exige enquanto proposta interdisciplinar.

**Palavras chave:** Educação ambiental. Ensino fundamental I. Políticas públicas.

## ABSTRACT

Although already incorporated by public policies since the 1970s, Environmental Education still suffers a lot of resistance in the school context, since it was constituted in Brazil as a complex space of relations and social interactions that contributed to the public exhibition of various actors and interests, with frequent clashes, conflicts and power dispute. In this perspective, the study sought to answer the proposed research questions with focus on the actors, trajectory and historical and socio-political contexts involved in the design of the project management policy that culminated in the implementation of Environmental Education in the municipality of Ilha Solteira - SP, which began about eight years ago. Therefore, the objective of this study was to analyze the insertion of EA in Elementary School I in the municipality, by means of a historical rescue of its implementation, seeking to understand the process of disciplinary action of Environmental Education in Ilha Solteira-SP teaching network. The research is based in a qualitative approach, involving a Case Study. Written documents and interviews of the actors involved in the insertion of Environmental Education in the municipality were used as study sources. Based on the theoretical foundations adopted for this research, considering the conception of critical Environmental Education when analyzing the documents, and also when confronting the interview discourses, the data show that, although the EA was been thought, in a initial moment, like a a kind of curricular enrichment in the Schools of Integral Time, over time was given an eminently disciplinary, and even political, in order to ensure their permanence in schools, through a specific curricular space. Thus, until becoming a discipline there wasn't pedagogical and educational intention, there are indications that the permanent space would be to maintain the seal of the Municipality Blue Green Program. Although consolidated, there is a lack of strategies and collective action plans with the school community, which can contribute with a network of knowledge necessary to confront the complexity that Environmental Education requires as an interdisciplinary proposal.

**Keywords:** Environmental education. Elementary school I. Public policy.



## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1.	Mapa de identificação da localização do município de Ilha Solteira/SP.....	33
Figura 2.	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB observado nas três escolas municipais que compreendem os anos iniciais do Ensino Fundamental de Ilha Solteira-SP (2007, 2009,2011,2013 e 2015).....	35
Figura 3.	Organograma dos órgãos que compõe o Sistema Municipal de Ensino de Ilha Solteira-SP.....	37
Figura 4.	Organização do tempo didático das escolas de 1º ao 5º ano do município de Ilha Solteira-SP .....	39
Figura 5.	Organização da Matriz Curricular escola A .....	63
Figura 6.	Organização da Matriz Curricular escola B .....	63
Figura 7.	Organização da Matriz Curricular escola C .....	64

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1.	Roteiro para entrevistas .....	28
TABELA 1.	Organização geral da rede de ensino de Ilha Solteira-SP .....	38
TABELA 2.	Cronograma das atividades desenvolvidas com as turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental (2º ao 5º ano), durante o Projeto de Educação Ambiental no ano de 2009 .....	47
TABELA 3.	Pontuação de Ilha Solteira-SP no Programa Município VerdeAzul em relação ao critério de Educação Ambiental-Avaliação 2011- 2013 .....	51
TABELA 4	Informações gerais sobre os cargos especificados no edital de contratação dos docentes que atualmente são responsáveis pela disciplina de Educação Ambiental no município .....	58

## LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

<b>CESP</b>	Companhia Energética de São Paulo
<b>CFE</b>	Conselho Federal de Educação
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDEB</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>PCN</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>PEB I/II</b>	Professor de Educação Básica I/II
<b>PME</b>	Plano Municipal de Educação
<b>PMVA</b>	Programa Município Verde-Azul
<b>PNEA</b>	Política Nacional de Educação Ambiental
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2</b>	REFERENCIAL TEÓRICO: as Políticas Públicas educacionais e a Educação Ambiental Crítica na escola	17
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	23
<b>3.1</b>	Características gerais da pesquisa	23
<b>3.2</b>	Sujeitos da pesquisa	24
<b>3.3</b>	O contato com as coordenadoras	24
<b>3.4</b>	Instrumentos de constituição de dados	26
<b>3.5</b>	Referencial teórico analítico	29
<b>3.5.1</b>	<i>Documentos</i>	29
<b>3.5.2</b>	<i>Entrevistas</i>	30
<b>3.6</b>	Ilha Solteira-SP e sua Rede Municipal de Ensino: algumas contribuições históricas	31
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	39
<b>4.2</b>	Análise do Projeto de Educação Ambiental na Rede de Ensino Fundamental I de Ilha Solteira (2009)	44
<b>4.3</b>	Análise da Política Municipal de Educação Ambiental - Ilha Solteira-SP (Set/2009)	53
<b>4.4</b>	Análise do edital de contratação dos professores para a disciplina de Educação Ambiental-Ilha Solteira-SP (2011)	57
<b>4.5</b>	Análise do Projeto Político Pedagógico das três unidades escolares em relação à Educação Ambiental	60
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	68
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	70
	<b>ANEXO A</b> - Critérios de avaliação do Programa Município VerdeAzul em relação à Diretiva Educação Ambiental	75
	<b>ANEXO B</b> - Autorização da pesquisa pela Secretaria Municipal da Educação de Ilha Solteira-SP	76
	<b>ANEXO C</b> – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as professoras e coordenadoras	77
	<b>ANEXO D</b> – Parecer Consubstanciado do CEP- Aprovação do Comitê de Ética pela Faculdade de Ciências e Tecnologia do Campus de Presidente Prudente-SP	79
	<b>ANEXO E</b> – Lei Complementar Nº 234 de 27 de maio de 2011, que dispõe sobre a criação da escola de tempo integral no município de Ilha Solteira-SP	<b>80</b>
	<b>ANEXO F</b> – Lei Nº 1658 de 02 de Setembro de 2009, que dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental.	82
	<b>ANEXO G</b> – Pontuação de Ilha Solteira-SP no Programa Município VerdeAzul em relação ao critério de Educação Ambiental- Avaliação 2011, 2012 e 2013, respectivamente	83

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental vem se consolidando como uma prática educativa que perpassa todas as áreas do conhecimento, cujos pressupostos teóricos norteadores foram ganhando notoriedade ao longo da década de 1970, período em que as discussões sobre meio ambiente passaram a ter notoriedade devido à preocupação global com as problemáticas ambientais.

Embora ainda que desarticuladas e de forma gradual, compreensões e concepções na área da Educação Ambiental, que incorporam novas perspectivas estão aos poucos ganhando espaço. Entretanto, Loureiro (2012), destaca que no Brasil, a Educação Ambiental (EA) iniciou tardiamente. Embora tenha registros de programas e projetos desde a década de 1970, somente em meados da década de 1980 que a EA começa a ganhar dimensões públicas de relevância, visto que foi o período em que o Conselho Federal de Educação (CFE) define, por meio do Parecer 226/87 (BRASIL, 1987), que a Educação Ambiental tem caráter interdisciplinar, sendo reforçada pela promulgação da Constituição Federal de 1988. Em consequência dessa repercussão, surgiu a necessidade de incluir a Educação Ambiental em diferentes contextos educacionais.

Diante disso, considera-se que a inclusão propriamente dita da Educação Ambiental no âmbito educacional foi oficializada com a aprovação do Parecer 226/87 que, segundo o Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2002), além de reconhecer a relevância do tema, elegeu o espaço da escola como aquele propício à formação ou o reforço da consciência ambiental, contribuindo, posteriormente, para a inserção da EA nos currículos escolares por meio da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN (BRASIL, 1997). A partir de então passou a ser considerada como campo de ação pedagógico, reforçando a discussão comum da época: “se esta deveria ser inserida no ensino formal como uma disciplina ou não, apesar de todas as orientações internacionais serem refratárias a qualquer tentativa de torna-la uma disciplina específica” (LOUREIRO, 2012, p. 87).

Outro marco importante no processo de institucionalização da EA no Brasil foi a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, regulamentada pela Lei 9.795/99, que determina a inserção da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo de forma articulada (BRASIL, 1999a, p.01). Porém sem

constituir-se como uma disciplina específica do currículo, salvo nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da Educação Ambiental, quando se fizer necessário. Em seu artigo 3º, parágrafo II, a legislação determina, ainda, que cabe “às instituições educativas, promover a Educação Ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem” (BRASIL, 1999a, p.01).

De acordo com os PCN, (BRASIL,1997), produzidos com base na Lei de Diretrizes e Bases-LDB (BRASIL,1996), no que diz respeito aos assuntos relativos ao Meio Ambiente e Saúde, as práticas educativas envolvendo a temática ambiental devem priorizar a vivência do aluno de uma forma contextualizada, com ações interdisciplinares que permitam desenvolver noções de preservação e sustentabilidade nos futuros cidadãos, “de forma a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criando uma visão global e abrangente da questão ambiental” (GUIMARÃES, 2013, p.13).

[...] um meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis, de interação sociedade-natureza, e soluções para os problemas ambientais. A educação sozinha não é suficiente para mudar os rumos do planeta, mas certamente é condição necessária para tanto. (BRASIL,1997, p.180).

Apesar do consenso reconhecido internacionalmente em abordar a Educação Ambiental como uma temática interdisciplinar e transversal em relação aos conteúdos trabalhados nas escolas, no âmbito federal, ainda persistem proposições de lei com o intuito de criar a disciplina específica de EA, como a PLS 221, de 15/04/2015 em tramitação no senado, que altera a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e prevê a inserção da EA como disciplina específica no Ensino Fundamental e Médio, com a intenção de proporcionar resultados mais efetivos para a tomada de consciência sobre a necessidade de preservação do meio ambiente ou do desenvolvimento sustentável.

É extremamente importante o reconhecimento da Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional. Porém, de acordo com Loureiro e Lima (2009), esse reconhecimento e breve retrato, na maioria das vezes, não expressa as reais condições da inserção da EA nas escolas de ensino fundamental, assim como da sua gestão no interior da escola e a participação efetiva dos diversos atores envolvidos na temática, pois assim como afirma Guimarães

(2013), “mais Educação Ambiental não está correspondendo a uma sociedade que degrade menos o meio natural.

Santos e Santos (2016), ao analisarem a Educação Ambiental sob a perspectiva do currículo escolar, buscando mostrar como tem sido inserida no currículo das escolas brasileiras, evidenciaram que a inserção da temática no currículo não foi resultado de um processo de integração das diferentes disciplinas, mas sim, da responsabilização das disciplinas que possuem “afinidade à temática ambiental.”

A despeito das orientações oficiais buscarem atingir a todas as disciplinas escolares por meio de temas transversais como o meio ambiente, a Educação Ambiental tem sido, muitas vezes, trabalhada nas escolas por alguns poucos profissionais. Assim, disciplinas escolares usualmente ligadas à área ambiental – tais como a disciplina escolar Ciências, a disciplina escolar Biologia e a disciplina escolar Geografia – têm sido espaços curriculares nos quais a Educação Ambiental tem se desenvolvido. (SANTOS, 2010, p. 16)

É muito frequente a escola abordar a EA de maneira pontual e isolada, restringindo-se à ideia de preservação da natureza, e assim como ressalta Figueiredo (2014), muitas vezes é deixado de lado as discussões das questões sociais, econômicas, culturais, políticas e históricas, fundamentais para a Educação Ambiental crítica no sentido da transformação social.

A EA não pode se restringir somente a disciplinas como Geografia e Ciências, isso porque os problemas ambientais são muito complexos e possuem um caráter multidimensional, que possibilita que haja uma interação entre as diferentes fontes de conhecimento da escola” (SANTOS; SANTOS, 2016, p. 375).

Por essa razão, de acordo com Guimarães (2004), é muito comum os professores nas escolas se identificarem com a ideia de criação da disciplina específica de EA e de sua inserção ao currículo escolar, pois “essa identidade origina-se no predomínio da visão fragmentária (simplista e reducionista) no ambiente escolar” (GUIMARÃES, 2004, p. 37).

Nessa perspectiva, Tozoni-Reis e Campos (2014) ressaltam que a educação pode ser transformadora se promover a consciência dos alunos para a compreensão e a transformação da realidade, ir além da visão simplista do meio ambiente. Segundo as autoras, é importante, então, que o educador compreenda, da forma mais complexa possível, a realidade social na qual ele atua. “Não basta para isso conhecer no sentido empírico a realidade, é preciso compreendê-la, refleti-la dialeticamente, conhecê-la

concretamente, tendo as diferentes teorias sociais e educacionais como referência” (TOZONI-REIS e CAMPOS 2014, p. 152). Ainda, as mesmas autoras mencionam que:

[...] a inserção da educação ambiental que queremos e precisamos passa pela reformulação da formação dos professores na perspectiva de superação da racionalidade prática, definindo-a como formação do professor culto (intelectual crítico), investindo no seu protagonismo na construção e realização de um currículo escolar que garanta o tratamento dos temas ambientais como atividades nucleares nas escolas, compreendidas como um espaço social institucional que tem como papel contribuir na formação plena, unilateral, dos sujeitos educandos pela apropriação crítica da cultura elaborada histórica e socialmente, para instrumentalizá-los na realização de uma prática social crítica e transformadora (TOZONI-REIS; CAMPOS; 2014, p. 159).

Diante do exposto, nota-se inúmeras dificuldades e desafios que são encontradas quanto à inserção da EA em todo âmbito educativo, como os problemas de interpretações conceituais equivocadas a respeito das concepções de Educação Ambiental. Portanto, tendo em vista o recorte até aqui formulado, evidencia-se a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre a inserção da Educação Ambiental na educação básica, pois entender de que maneira a EA tem sido inserida no contexto escolar é de suma importância porque gera subsídios para novas práticas educativas na área, além de esclarecer possíveis interesses políticos envolvidos no processo de constituição de uma disciplina escolar específica.

A problemática da pesquisa surgiu a partir do interesse em elucidar que, a Educação Ambiental possui um papel precípuo na transformação da realidade de vida, com vistas à concretização de um processo emancipatório (LOUREIRO, 2003). Desse modo, a centralidade da temática ambiental revela-se indispensável à construção de uma sociedade justa e igualitária.

Sabe-se que atualmente, Estados e Municípios, usando da prerrogativa de suplementarem a lei federal ou legislares em conformidade com os interesses locais, instituíram normas sobre Educação Ambiental para as suas redes públicas de ensino. E em alguns casos, em dissonância com a lei federal, como Ilha Solteira-SP que implementou a Educação Ambiental como disciplina curricular dos alunos de 1º ao 5º ano, sendo ministrada por três professoras especialistas<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado no município que caracteriza as Profissionais habilitados em Ciências e Geografia para atuarem na Educação Básica II- (PEB II), que são responsáveis pela disciplina de Educação Ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental.



Por meio do contato com a Secretaria Municipal de Educação, verificou-se que até 2012 a Educação Ambiental era realizada na forma de projetos, no período da tarde, por se tratar de Escola de Tempo Integral. Sendo assim, foram levantadas algumas questões norteadoras que conduziram a tessitura da presente pesquisa:

- Como foi construída essa trajetória da EA no município, passando a constituir-se como disciplina? Quais razões motivaram o processo de criação da disciplina escolar? Quem foram os atores envolvidos no processo?

Por estas razões, surgiu a necessidade de desenvolver a presente pesquisa. Sendo assim, consideramos como referência tanto a orientação dos documentos oficiais de que a Educação Ambiental não deveria ser disciplinarizada quanto os estudos que apontam uma efetiva inserção dessa temática em disciplinas escolares já existentes no universo escolar. Procurou-se, entender a história, e os contextos que propiciaram o processo de implementação da EA nas escolas municipais de Ilha Solteira-SP.

Portanto, na perspectiva de conhecer como a Educação Ambiental se estabeleceu enquanto disciplina nas escolas do município, definiu-se como objetivo geral deste estudo: analisar a inserção da EA nas escolas de Ensino Fundamental I no município de Ilha Solteira-SP, por meio de um resgate histórico de sua implementação, buscando compreender o processo de disciplinarização da mesma.

Por se tratar de um Estudo de Caso e análise histórica do processo, a pesquisa buscou evidências, por meio da pesquisa documental sobre a inserção da Educação Ambiental nas escolas municipais de Ilha Solteira-SP. Assim, foram elencados dois objetivos específicos que auxiliaram na condução da coleta de dados:

- I. Identificar e analisar como está estruturada a Educação Ambiental na rede municipal de ensino fundamental I de Ilha Solteira-SP.
- II. Realizar um resgate histórico, por meio da pesquisa documental e por meio de entrevistas com as coordenadoras responsáveis pela implementação do projeto, no intuito de conhecer como foi construída a trajetória da EA no município.

- III. Analisar o contexto sócio histórico e político no processo de inserção da disciplina escolar Educação Ambiental na rede municipal do Ensino Fundamental I de Ilha Solteira-SP.

Nos capítulos que compõem essa pesquisa, apresenta-se reflexões acerca da contextualização histórica do município de Ilha Solteira-SP, análise das fontes de estudo, as quais se constituíram em documentos sobre o histórico da rede de ensino do município, e que contextualizam a inserção da EA nas escolas dos anos iniciais do ensino fundamental. Busca-se, nesse processo, compreender certas características do município –que possui uma curta história desde a sua constituição em 1995 – que levaram a Secretaria de Educação a incluir na grade curricular do Ensino Fundamental, a referida disciplina escolar.

Os documentos foram elaborados no âmbito da Prefeitura e Secretaria Municipal de Educação da cidade, como Plano Municipal de Educação (2015-2025), Política Municipal de Educação Ambiental (2009), Edital de contratação das docentes especialistas, Projetos Político Pedagógicos das Escolas, bem como o Planejamento Anual de Educação Ambiental.

Nesse contexto, procurou-se articular a análise dos documentos com os depoimentos constituídos nas entrevistas das profissionais, que coordenaram e fizeram parte da equipe na época da implementação do projeto de Educação Ambiental nas escolas que, posteriormente, se constituiu como disciplina. Portanto, ao iniciar o diálogo será apresentado um breve histórico sobre a rede educacional do município buscando, nesse processo, entender a trajetória e quais contextos propiciaram a inserção da EA, bem como as possíveis limitações enfrentadas nesse período.

Dessa forma, apresenta-se a seguir o referencial teórico tomado como base para este estudo, os sujeitos participantes da pesquisa, e o caminho trilhado desde o primeiro contato com as profissionais responsáveis pela Educação Ambiental nas escolas do município.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO: as políticas públicas educacionais e a Educação Ambiental Crítica na escola

Na década de setenta a discussão ambiental se instalou no Brasil amparada pelo regime militar, muito mais por influências de valores internacionais, direcionados ao caráter conservacionista, do que por movimentos sociais de natureza ambiental. De acordo com Loureiro (2012), até a declaração da Constituição Federal de 1988, a política ambiental brasileira foi conduzida de forma centralizada, “sem a participação popular efetiva na definição de suas diretrizes e estratégias” (LOUREIRO, 2012, p.88).

Em razão disso, o debate sobre ambiente na época, era voltado para preservação do patrimônio natural, ou seja, a principal preocupação era discutir estratégias afim de solucionar problemas ambientais identificados como obstáculo para o desenvolvimento do país. Foi nesse contexto que a Educação Ambiental “se inseriu nos setores governamentais e científicos com forte sentido comportamentalista, tecnicista e voltada para o ensino da ecologia e para a resolução de problemas” (LOUREIRO, 2012, p. 88).

Loureiro (2012) enfatiza que a EA ter sido constituída neste cenário contraditório foi um dos maiores problemas, pois passou a ser abordada como componente de meio ambiente de maneira reducionista, e não como parte da educação em geral.

A peculiaridade notável da década de 1970 está no fato de que a Educação Ambiental se inseriu primeiro na estrutura administrativa dos órgãos públicos de meio ambiente, em vez de ser objeto de trabalho do sistema educativo. Isto talvez se explique em razão dessa educação ser, à época, ainda carente de desenvolvimento conceitual e, logo, vinculada mais a ambiente do que a educação propriamente dita (CIMA, 1991, citado por LOUREIRO, 2012, p. 89).

Diante disso, os órgãos administrativos ao estabelecerem suas políticas públicas para a área ambiental, evidenciam o atributo da sustentabilidade que assume em relação à gestão do ambiente em sentido amplo. Já que, assim como ressalta Tozoni-Reis e Campos (2015), as políticas públicas são reflexos das formas “como a estrutura em curso -Estado e Governo- se organizam” (TOZONI-REIS; CAMPOS, 2015, p. 114).

Nesse contexto, Nery-Silva (2015) defende que as políticas públicas deveriam ter o intuito organizar social e politicamente os vários setores comprometidos com o fazer coletivo, incluindo, entre eles, a área educacional.

Assim, considera-se que todo processo de reflexão dos estudos que envolvem as políticas educativas, em especial aquelas voltadas para Educação Ambiental, é uma maneira de repensar sobre o tipo de educação e sociedade que se deseja construir. É, de certa forma, a busca constante de respostas que, talvez, permitissem a “compreensão de questões teóricas e práticas relativas ao próprio fazer político” (NERY-SILVA, 2015, p. 159).

No contexto da Educação Ambiental, Loureiro (2012) define políticas públicas como um conjunto de ações planejadas pelo governo, que, se fundamentam em uma “sociedade democrática, na construção coletiva e participativa, envolvendo os agentes sociais representativos de determinada problemática ou tema” (LOUREIRO, 2012, p. 96).

Complementando, Baptista e Rezende (2011) caracterizam as políticas públicas como elementos complexos, instáveis e contraditórios, que estão sempre em movimento por influência do tempo e do espaço, delineando uma trajetória e mantendo um grau constante de incerteza sobre onde vai “chegar”. Enquanto Ball (1992) define os processos de formulação de políticas públicas como um “espaço autorizado de demarcação de valores”, “indicando fronteiras e limites, que favoreçam o surgimento de um conjunto de valores e significações” (NERY-SILVA, 2015). A partir disso, a autora entende, que:

Estudar as políticas públicas é buscar respostas que permitam entender para quais problemas foram formuladas; os conflitos que tentam resolver; a trajetória seguida nas diferentes etapas de efetivação destas políticas; o papel dos atores/indivíduos que estão envolvidos; as instituições e grupos de interesse dos quais fazem parte estes atores e que estão envolvidos nas decisões ou que poderão ser afetados por elas; bem como os processos em que assuntos privados se tornam públicos e vice-versa (CAPELLA, 2006, 2007; SOUZA, 2006, 2007, citados por NERY-SILVA, 2015, p. 20).

Entretanto, sabe-se que a Educação Ambiental enquanto constante processo de construção e reflexão, se esbarra em grandes desafios pedagógicos, sendo um deles, a consolidação efetiva de políticas públicas, que, embora efetivada em nome do interesse coletivo, na maioria das vezes não é apartidária, visto que “ao decidir a destinação de determinados bens, já se estabelece quem ganha ou quem perde nesse processo” (QUINTAS; GUALDA, 2002, citados por LOUREIRO, 2012, p. 96).

[...] a Educação Ambiental se constituiu de modo precário como política pública em educação. Algo que se manifesta até hoje na ausência de programas e recursos financeiros que possam implementá-la como parte

constitutiva das políticas sociais, particularmente a educacional, como uma política de Estado universal e inserida de forma orgânica e transversal no conjunto de ações de caráter público que podem garantir a justiça social e a sustentabilidade (LOUREIRO, 2012, p. 90).

De acordo com as discussões, verifica-se que mesmo sendo uma proposta consensual entre os teóricos da EA e já incorporada pelas políticas públicas desde a década de 1970, essa temática ainda sofre muita resistência no contexto escolar. Essa situação é consequência das escolhas político-econômicas “daqueles que representam democraticamente o povo, mas que se comprometem repetidamente com interesses privados e de manutenção da ordem social vigente (JANKE, 2012, p. 7). Este atual cenário que a EA se encontra, também retrata a herança deixada pela concepção naturalista de ambiente que corrobora visões descontextualizadas do conhecimento, destruídas das dimensões socioambientais.

Em razão disso, já não é mais satisfatório “falar de uma Educação Ambiental genérica, conjugada no singular” (LOUREIRO, 2012, p. 13), uma vez que acabam perdendo o significado devido a utilização habitual desses conceitos simplificados no processo de fundamentação das políticas públicas e das categorias teórico metodológicas dos projetos que envolvem essa temática, resultando na perda de compreensão do que realmente caracteriza a Educação Ambiental. Isto significa, segundo Loureiro (2012),

[...] perda de capacidade de refletir e se posicionar diante das tendências existentes e que legitimamente buscam se afirmar no processo de consolidação desta, enquanto política pública no país, principalmente após a aprovação da Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (LOUREIRO, 2012, p. 23).

A partir dessas considerações, ressalta-se a importância de analisar e refletir sobre os contextos pelas quais as políticas são institucionalizadas, em especial aquelas voltadas para Educação Ambiental, no que dizem respeito a sua inserção nas escolas, pois, segundo Tozoni-Reis (2015), permite “compreender sua proposição, seu direcionamento, inclusive as relações de poder que a orientam e que definem as escolhas dos governos” (TOZONI-REIS, 2015, p.114). Visto que, de acordo com Barbosa (2008), a EA se constitui como um espaço complexo de relações e interações sociais que contribui para a exposição pública de diversos atores e interesses, com frequentes embates, conflitos e disputas de poder.

Além disso, Santana (2005) evidencia que o estudo direcionado para as políticas públicas considerando todas essas questões que envolvem a temática ambiental neste debate, pode contribuir para a percepção de seus “limites e possibilidades, que vai além das problemáticas relações ecológicas do ser humano com a natureza” (SANTANA, 2005). Ainda sob essa perspectiva, Nery-Silva (2015) pontua que:

Voltar-se ao estudo destas diferentes políticas públicas vinculadas à Educação Ambiental pode ser útil na tentativa de compreender as concepções que as fundamentam, os atores e interesses envolvidos em sua institucionalização, os contextos sociopolíticos, os problemas a serem resolvidos e as trajetórias seguidas na decisão sobre ações educativas propostas (NERY-SILVA, 2015, p. 56).

Corroborando, Farias (2008) também defende que ao analisar as políticas públicas com enfoque na Educação Ambiental, não pode deixar de mencionar os diversos grupos sociais e políticos envolvidos em sua formulação e implementação, “bem como os contextos de relações de poder e controle que se entrelaçam com a validação de valores e com a construção de significados” (FARIAS, 2008, p. 07), uma vez que todas essas relações se desenrolam em um “sistema econômico ideológico de acumulação de bens, de exploração dos bens naturais, numa relação que gera degradação ambiental, desigualdades e profundas injustiças” (OLIVEIRA, 2007, p.105).

Percebe-se assim que a Educação Ambiental já é uma prática, para quais políticas públicas estão sendo fundamentadas necessitando, apesar disso, que esta institucionalização “seja acompanhada por um devido aprofundamento crítico nas discussões por parte dos educadores em seu cotidiano e da sociedade em geral, para que essa se efetive como uma prática social que possibilite o enfrentamento da grave crise socioambiental” (GUIMARÃES, 2013, p. 14).

Assim, considerando ainda que existem diferentes concepções de Educação Ambiental, que se alicerçam das mais diversas visões de mundo, o estudo fundamenta-se em autores que pertencem à vertente da Educação Ambiental Crítica. Esta linha de pensamento busca, segundo Guimarães (2004), compreender as relações entre as ações humanas e as estruturas sociais e políticas, partindo do pressuposto de que nenhum processo social pode ser compreendido isoladamente.

Tozoni-Reis (2004) defende que a Educação Ambiental Crítica se situa no próprio debate do campo da educação. Ela discute o conceito de educação para

evidenciar que, enquanto prática social construída historicamente, a educação é espaço de disputa entre diferentes concepções de mundo, de homem e de sociedade. Para a autora:

a educação e a educação ambiental instrumentalizam o sujeito para a prática social, inclusive em sua dimensão ambiental; instrumentalização que poderá ser tão democrática quanto for democrática a sociedade que a constrói e que é construída pelas relações sociais. O princípio educativo não é a ideologia da harmonia, nem o fetiche do conhecimento científico, mas as efetivas necessidades histórico-concretas da sociedade, expressas pela atividade essencial, o trabalho – compreendido em sua amplitude filosófica – tomando como síntese da produção da vida individual e coletiva (TOZONIREIS, 2004, p. 145).

Na visão da autora, a Educação Ambiental tenta se construir em um ambiente historicamente disputado, entre as correntes tradicionais e críticas, entre o processo educativo pela manutenção do capital contra a luta por uma educação para a transformação social.

De acordo com Guimarães (2013), ao contrário da Educação Ambiental Crítica, algumas das vertentes trabalham com a intenção de reestruturar o atual modelo de desenvolvimento via soluções tecnológicas e pela lógica do capital, sem alterar a racionalidade econômica que a informa. Enquanto a visão crítica enfatiza a perspectiva de mudanças de valores, hábitos e atitudes, individuais e coletivos, “de uma nova ética e novas relações de produção e consumo substanciadas em diferentes paradigmas. Nesta perspectiva, busca-se a transformação social e a construção de uma nova sociedade, como afirma Guimarães (2013).

O caráter conservador compreende práticas que mantém o atual modelo de sociedade; enquanto crítico, o que aponta a dominação do Ser Humano e da Natureza, revelando as relações de poder na sociedade, em um processo de politização das ações humanas voltadas para as transformações da sociedade em direção ao equilíbrio socioambiental (GUIMARÃES, 2013, p. 15)

Entende-se que na visão do autor, a perspectiva conservadora não prioriza as relações sociais no trabalho educativo, o enfoque na maioria das vezes é o indivíduo e sua mudança de comportamento em uma visão fragmentada.

Loureiro (2007) a Educação Ambiental Crítica se diferencia da perspectiva conservadora por afastar a ideia de transmissão de conteúdos estritamente biológicos, de condutas ecologicamente corretas, pois compreende que tais atividades comportamentalistas se trata de uma educação reprodutiva das relações de poder da

sociedade. Portanto, a Educação Ambiental Crítica procura entender a totalidade dos processos de transformações sociais em uma perspectiva interdisciplinar.

Além da compreensão sobre os diversos fundamentos, que embasam diferentes vertentes do campo da Educação Ambiental Crítica, se faz necessário compreender, como diz Trein (2012), os diferentes efeitos sobre a reprodução social que cada uma dessas vertentes produz, pois, é parte do compromisso ético-político do pensamento crítico explicitar que a produção do conhecimento, enquanto produção social, não se separa de sua dimensão ideológica e de seu compromisso de classe.

Assim, a formação de sujeitos ambientalmente responsáveis, comprometidos com a construção de sociedades sustentáveis, fundamento filosófico-político e teórico-metodológico da educação ambiental crítica, é uma ação política intencional e que, portanto, necessita de sistematização pedagógica e metodológica (TOZONIREIS, 2007, p. 217).

Portanto, considerando o diálogo entre o campo da Educação Ambiental Crítica e a importância das políticas públicas neste contexto, a presente pesquisa utilizou como referência a definição proposta por Loureiro (2007) de que não existem leis atemporais, verdades absolutas, conceitos sem história. Existem, relações em constante movimento no tempo e espaço, “existem características peculiares a cada formação social, que devem ser permanentemente questionadas e superadas para que se construa uma nova sociedade vista como sustentável” (LOUREIRO, 2007, p. 66).



### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Características gerais da pesquisa**

O estudo foi desenvolvido tendo como parâmetro a abordagem qualitativa, conforme proposto por Bogdan e Biklen (1994), partindo do seguinte pressuposto:

A investigação qualitativa é descritiva. Os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números. Os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação. Os dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorando e outros registros. [...] Tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto o possível, a forma que estes foram registrados ou transcritos (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.48).

Segundo os autores, esses dados são geralmente coletados em circunstâncias naturais, o pesquisador é considerado o instrumento principal na coleta de dados, não há necessidade de levantar ou comprovar hipóteses, medir variáveis, uma vez que “a subjetividade é rica, complexa, e por vezes contraditória, sendo permanentemente reconstruída, o que por sua vez, leva à mudança na forma com que o sujeito vê o mundo” (AGUIAR; TOURINHO, 2011, p. 07).

Dessa forma, a abordagem qualitativa busca apreender as diversas perspectivas dos sujeitos e os fenômenos em sua complexidade, afim de compreender como o sujeito diz e não somente o que diz, considera suas emoções e os significados que conferem ao mundo que o cerca.

A pesquisa se caracteriza como um Estudo de Caso, cuja opção decorre do interesse da investigação naquilo que é único e particular do sujeito pesquisado. Lüdke e André (2012) afirmam que “quando queremos estudar algo singular, que tenha valor em si mesmo, devemos escolher o Estudo de Caso”, pois permitem compreender não só como surgem e se desenvolvem esses fenômenos, mas também como evoluem num dado período de tempo.

Peres e Santos (2005) destacam três pressupostos básicos que devem ser considerados ao se optar pelo uso do Estudo de Caso qualitativo: 1) o conhecimento está em constante processo de construção; 2) o caso envolve uma multiplicidade de dimensões; 3) a realidade pode ser compreendida sob diversas óticas.

### **3.2 Sujeitos da pesquisa**

Foram delimitados como sujeitos da pesquisa todas as profissionais que participaram do processo de implementação do projeto de Educação Ambiental em Ilha Solteira-SP, totalizando em três Coordenadoras Pedagógicas (uma Coordenadora Geral responsável pela implementação do projeto de Educação Ambiental nas escolas de Tempo Integral, e duas Coordenadoras que supervisionavam cada Unidade Escolar e que fizeram parte do processo de implantação da EA no município). Entretanto, duas se recusaram a participar da pesquisa, mesmo assegurando o anonimato da identidade de todos participantes. As razões para a participação e colaboração de somente uma coordenadora será detalhada na próxima seção.

### **3.3 O contato com as coordenadoras**

Um desafio enfrentado nesta etapa da pesquisa foi a dificuldade em estabelecer contato com as profissionais que se envolveram no processo de inserção da disciplina escolar investigada. A aproximação com as três coordenadoras iniciou-se efetivamente no final do mês de agosto do ano de 2017, via e-mail e telefone, por meio de uma solicitação de horário para a apresentação da proposta da investigação, delineamento da pesquisa, e posterior entrevista.

Após algumas tentativas, mesmo explicitando a possibilidade de datas e horários que fossem flexíveis e convenientes para cada uma das profissionais, não houve retorno positivo de duas coordenadoras, pois ambas justificaram a inviabilização da entrevista, devido aos compromissos em seus respectivos trabalhos naquele momento. Após esta conversa inicial, a única coordenadora que ainda possui vínculo com a Prefeitura Municipal, como professora da Educação Básica I, retornou o contato por meio de mensagens, esclarecendo que apesar do contato próximo com o projeto de Educação Ambiental, não se sentia à vontade em falar sobre o projeto devido à sua formação inicial enquanto pedagoga, e pouco envolvimento com a parte pedagógica durante a elaboração do documento. Alegou que sua participação na época da coordenação era voltada para a parte logística. Dessa forma, se disponibilizou em ajudar somente com alguns registros de fotos e atividades da época, o que não foi concretizado no tempo desta pesquisa.

Com as eleições de 2012, a Secretaria Municipal de Educação do município passou por um período de transição de gestores e algumas mudanças significativas.

Dentre elas, a alteração de quase toda equipe que ocupava cargo de confiança e afastamento das próprias profissionais que foram responsáveis pela inserção da EA na rede municipal de Ensino Fundamental I de Ilha Solteira-SP. Esta situação pode ter influenciado na recepção receosa por parte das duas coordenadoras, que optaram por não se envolverem com a pesquisa.

No início do mês de setembro de 2017 foi retomado o contato com a única coordenadora que consentiu a realização da entrevista já na primeira aproximação e apresentação do estudo. Nesta etapa, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, documento exigido pelo Comitê de Ética (ANEXO B), e em seguida foi realizada a entrevista no próprio local de trabalho da coordenadora, por opção da mesma.

Apresenta-se a seguir a profissional que aceitou participar da pesquisa. Busca-se, nessa apresentação, explicitar sua formação acadêmica e trajetória profissional. Ressalta-se novamente que, embora a coordenadora tenha autorizado o uso das entrevistas, optou-se pelo sigilo em todas as citações.

A coordenadora formou no ano de 1966 para atuar como professora das séries iniciais, possui graduação em Licenciatura em Estudos Sociais. Em 2009 até final de 2012, atuava como Coordenadora da Educação Ambiental e supervisora de ensino dos anos iniciais do Ensino Fundamental na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer e, atualmente, trabalha na coordenação do Ensino Fundamental I de um colégio privado do município.

De modo geral, considera-se que foi uma recepção positiva e muito respeitosa, a coordenadora demonstrou interesse nos resultados que a pesquisa poderia proporcionar e, apesar de ter declarado não se sentir apta para falar profundamente sobre a Educação Ambiental, devido ao seu conhecimento superficial na área, se mostrou muito atenciosa e disposta a oferecer o que fosse necessário para a realização do estudo. Assim, optou por enfrentar suas inseguranças e conceder a entrevista.

### 3.4 Instrumentos de constituição de dados

Para a coleta dos dados, optou-se pela análise documental, entrevistas semiestruturadas, gravador de áudio e um caderno de campo, que atuaram como importantes instrumentos de pesquisa, viabilizando a consecução dos objetivos pretendidos.

“A pesquisa documental deve ser utilizada quando existe a necessidade de se analisar, criticar, rever ou ainda compreender um fenômeno específico ou realizar considerações que sejam viáveis com base na análise de documentos” (MALHEIROS, 2011, p. 85). De acordo com o autor, ela tem seus dados extraídos exclusivamente de documentos (escritos ou não), por meio da pesquisa documental só é possível responder a questões que demandam a análise e a investigação de documentos.

Guba e Lincoln citados por Lüdke e André (2012), destacam algumas vantagens para o uso de documentos: a) os documentos constituem uma fonte estável e rica que perduram ao longo do tempo podendo ser consultados várias vezes o que dá mais estabilidade aos resultados obtidos; b) constitui uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que podem fundamentar informações e desvelar um determinado contexto; c) representam uma fonte natural de informações que permitem ao pesquisador uma maior aproximação com o contexto em que as informações foram produzidas.

Seguindo essas orientações, para esta pesquisa foram analisados documentos oficiais que apresentam os programas e histórico da Educação Ambiental no município e que foram disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer no início de Fevereiro, no ano de 2017, por meio de autorização (ANEXO C).

Assim, foram analisados os seguintes documentos: Plano Municipal de Educação (2015-2025), que foi utilizado para se ter acesso à memória sobre a discussão da Educação Ambiental no Município, a Política Municipal que instituiu a Educação Ambiental na forma de projetos nas escolas no ano de 2009, Edital de contratação dos professores, Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada unidade escolar e o Planejamento Anual de Educação Ambiental das Escolas Municipais (2009, 2015 e 2016).

Além das análises dos documentos, foi realizada uma entrevista a partir de um roteiro semiestruturado, como procedimento para a coleta de dados junto aos sujeitos descritos anteriormente que participaram do processo de inserção da EA. A entrevista

é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, “permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 134).

O estudo se apoiou em Bogdan e Biklen (1994) e Lüdke e André (2012), que caracterizam a entrevista como uma relação de interação “havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”. Foi utilizada a entrevista semiestruturada, por ser considerada mais flexível, e por admitir, assim como Lüdke e André (1986) mencionam, que ela se desenrole a partir de um esquema proposto pelo próprio entrevistador, mas que respeita e permite que o entrevistado siga sua linha de raciocínio.

Nessa perspectiva, as questões de interesse do roteiro para a entrevista com a coordenadora pedagógica, se apoiaram na participação de cada entrevistada neste processo, desde as contribuições para o estabelecimento da EA no município, até suas concepções sobre a Educação Ambiental, com a finalidade de uma conversa intencional entre o pesquisador e o sujeito participante, em que o investigador faz a interpretação da realidade que outro sujeito interpretou e assimilou.

Assim, foi realizada uma entrevista semiestruturada, em setembro de 2017, que iniciou-se com a coordenadora/supervisora da Educação Ambiental do ano de 2009. Para a condução da entrevista foi elaborado o seguinte roteiro utilizado como forma de facilitar e estruturar a mesma (Quadro 1):

**Quadro 1.** Roteiro para a entrevista com uma das coordenadoras pedagógicas responsáveis pelo processo de implementação da disciplina de EA no município de Ilha Solteira-SP.

<b>Roteiro para entrevista semiestruturada</b>
<b>Formação e atuação dos atores que participaram do processo de inserção da Educação Ambiental nas escolas do município de Ilha Solteira-SP.</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Qual sua formação?</li> <li>2- Em qual instituição concluiu sua formação?</li> <li>3- Em que ano concluiu o curso?</li> <li>4- No currículo do curso em que você é formado havia disciplinas relacionadas à educação ambiental?</li> <li>5- Se sim, que disciplinas foram essas?</li> <li>6- Você conhece a lei 9.975 de abril de 1999 (Política Nacional De Educação Ambiental)? Se sim, o que sabe sobre?</li> <li>7- O que significa, para você, Educação Ambiental?</li> <li>8- O que você faz de educação ambiental na escola?</li> <li>9- Que atividades você considera relevantes para a prática da educação ambiental na escola?</li> <li>10- Onde você busca informações sobre educação ambiental para desenvolver suas atividades?</li>   <li>11- Quais são os obstáculos encontrados para realizar o trabalho em EA?</li> <li>12- Que ganhos e dificuldades têm encontrado para realizar atividades de Educação Ambiental na sua prática cotidiana?</li> <li>13- Quais as perspectivas encontradas pelo grupo para realizar o trabalho em EA?</li> </ol>
<b>O processo</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Atualmente a Educação Ambiental é disciplina curricular dos alunos de 1º ao 5º ano do município de Ilha Solteira. Você sabe como foi constituída a trajetória da disciplina no município? E quando começou a ser trabalhada na escola? Ela estava em caráter experimental? Como isso aconteceu?</li> <li>2- Havia antes disso algum trabalho ou mapeamento de ações que trabalhassem a EA no município de Ilha Solteira-SP?</li> <li>3- Na sua opinião o que motivou a criação desta disciplina na rede escolar?</li> </ol>
<b>Os atores</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Quais foram as pessoas/profissionais que estiveram envolvidas na criação desta disciplina? Quem idealizou a ideia e conduziu a discussão sobre a criação?</li> <li>2- Quais Setores ou Secretarias da Prefeitura de Ilha Solteira estiveram envolvidas nesta discussão?</li> <li>3- Houve participação da comunidade escolar nas discussões?</li> <li>4- Você gostaria de comentar algo que não foi mencionado durante esta entrevista?</li> </ol>

Fonte: Elaboração do autor.

O caderno de campo foi utilizado para auxiliar no registro dos dados coletados durante a entrevista, afim de realizar anotações e apontamentos de algumas percepções em relação ao comportamento e gestos da entrevistada, que contribuíram,

posteriormente, para complementar e enriquecer a sua fala. Os dados da entrevista foram coletados apenas em áudio com o auxílio de um gravador. Com duração de 25 minutos, o depoimento da coordenadora foi transcrito integralmente, porém foi sintetizado durante a discussão, levando em consideração os aspectos abordados nos questionamentos da entrevista.

Esse processo de organização do depoimento recolhido na entrevista, contribuiu para a estruturação dos documentos analisados em ordem cronológica, além disso, auxiliou na construção e compreensão dos caminhos trilhados pela Educação Ambiental durante todo seu processo de implementação no município de Ilha Solteira-SP.

### **3.5 Referencial teórico analítico**

#### **3.5.1 Documentos**

Lüdke e André (2012) destacam que “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja revelando aspectos novos de um tema ou problema.” São muito úteis nos Estudos de Caso porque complementam informações obtidas por outras fontes e fornecem base para triangulação dos dados.

Bardin (2016) define a análise documental como uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados, é “um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar sua consulta e referência” (BARDIN, 2016, p. 51). Entretanto, para a autora, apesar de algumas semelhanças entre a análise documental e análise de conteúdo em relação aos procedimentos utilizados, é importante salientar que existem diferenças essenciais:

O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenamento; o da análise de conteúdo é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (BARDIN, 2016, p. 52).

De acordo com Malheiros (2011), é irrelevante analisar um registro sem situá-lo historicamente, já que não é possível compreendê-lo fora dos valores sociais nos

quais emergiu. Além disso, para o autor, é importante considerar o que levou o responsável a elaborar e redigir o documento, uma vez que o mesmo pode colocar sua intenção nas palavras (em documentos escritos, por exemplo).

Partindo desse pressuposto, a análise dos documentos oficiais sobre a temática investigada não consistiu apenas no resumo de cada uma das fontes, ou representação de outro modo das informações apresentadas. Teve-se a preocupação em avaliar o contexto histórico no qual o documento foi produzido, afim de identificar como esses documentos se articulavam com as percepções das coordenadoras envolvidas no processo de implementação da Educação Ambiental nas escolas municipais de Ilha Solteira-SP, para ao fim ser apresentada a conclusão baseada na interpretação dos dados.

Portanto, tais cuidados durante a análise auxiliaram na “compreensão do fato que está para além do tangível e que é o que efetivamente importa quando se pesquisa em ciências humanas e sociais” (MALHEIROS, 2011, p.87).

### **3.5.2 Entrevistas**

Para a análise da entrevista foi utilizada como aporte teórico de investigação, a Análise de Conteúdo, embasada nas considerações apresentadas por Bardin (2016) que sugere a seguinte definição:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 42).

Deste modo, de acordo com a autora, a técnica se constitui em um conjunto de instrumentos empregados na fase de análise e interpretação de dados de uma pesquisa aplicando-se, de modo especial, ao exame de documentos escritos, discursos, dados de comunicação, com a finalidade de uma leitura crítica e aprofundada levando à descrição e à interpretação desses materiais. Ou seja, a técnica propõe analisar o que é explícito no texto para obtenção de indicadores que permitam realizar inferências.

Com o objetivo de atribuir significação aos dados coletados, a autora propõe que a condução da análise seja estruturada em três fases: 1. A Pré-análise; 2. A



exploração do material; e 3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

A Pré-análise consiste na seleção dos documentos a serem submetidos à análise bem como, caso seja necessário, a formulação de hipóteses para a elaboração de indicadores para a interpretação final. Para as etapas da exploração e tratamento dos resultados uma das possibilidades é o uso das “unidades de codificação ou unidades de registro que compõem a mensagem”( BARDIN, 2016, p.44). Entretanto, para a autora, o interesse não está na simples descrição dos conteúdos, mesmo que esta seja a primeira etapa necessária, para se chegar à interpretação, mas em como os dados poderão contribuir para a construção do conhecimento após serem tratados.

Bardin (2016) destaca que os conhecimentos deduzidos podem ser de natureza psicológica, sociológica, histórica, econômica, por isso, a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou de recepção. Assim, com base nas categorias estabelecidas, procura-se inferir, uma sequência, deduzir de maneira lógica conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o contexto em que esta foi emitida.

Assim, “O analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios, tal como um detetive, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos” (BARDIN, 2016, p. 45). Em conformidade com este pensamento, é que as leituras das entrevistas foram realizadas, buscando elementos que auxiliaram na resolução das questões investigativas.

Desta forma, a produção de conhecimento que emerge deste estudo, a partir de uma análise aprofundada da EA no âmbito escolar, pode fornecer pistas importantes para compreender suas características, os pressupostos nos quais elas se fundamentam, bem como seus limites e possibilidades na formação dos alunos, e assim como ressalta Figueiredo (2014), poderá contribuir também na consolidação de uma educação ambiental que seja crítica, transformadora e emancipatória.

### **3.6 Ilha Solteira-SP e sua Rede Municipal de Ensino: algumas contribuições históricas**

O município de Ilha Solteira localiza-se no extremo noroeste do estado de São Paulo, na divisa com Mato Grosso do Sul, na margem paulista do Rio Paraná, logo abaixo da confluência com o rio São José dos Dourados. “Limita-se, ao Norte, com Rubinéia; ao Sul, com Itapura; ao Leste, com Pereira Barreto; ao Oeste, com Selvíria;

ao Nordeste, com Suzanópolis e ao Sudeste, com Andradina. Encontra-se a 680 km da capital” (MORAES, 2012, p. 02).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE, 2017), sua população estimada em 2017 foi de 26.540 habitantes. Possui uma área de 659,4 km<sup>2</sup>, sendo que aproximadamente 93% da população residem na zona urbana.

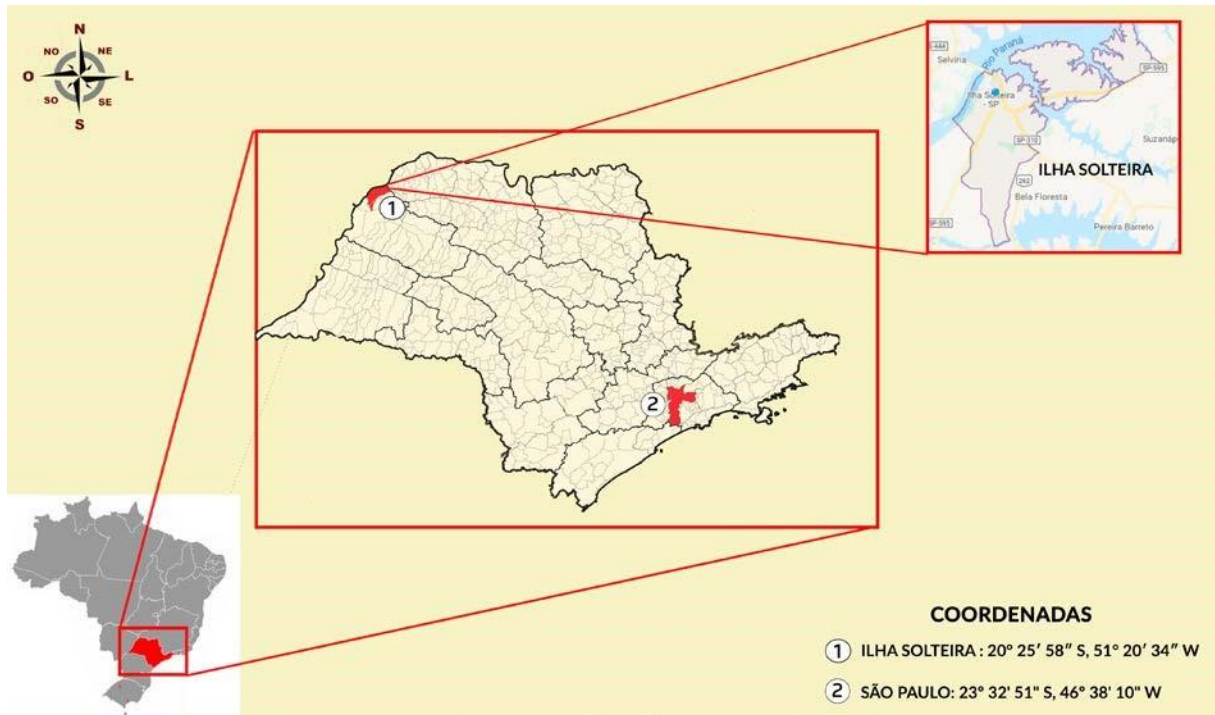
A cidade começou a receber seus primeiros moradores no dia 15 de outubro de 1968, surgindo em razão do enorme contingente de mão de obra necessária para a construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira. Para abrigar os trabalhadores, a Companhia Hidrelétrica de São Paulo (CESP), responsável pela construção da usina na época, construiu um núcleo habitacional, que se tornaria futuramente a cidade de Ilha Solteira. Segundo Sávio (2011), as casas possuíam padrões diferenciados e eram distribuídas de acordo com o cargo do morador na construção da usina, causando uma forte segregação socioespacial. Além disso, “o acesso à cidade era limitado e apenas funcionários com vínculo com a CESP ou com as empreiteiras envolvidas na construção da usina, e estes poderiam morar no local” (SÁVIO, 2011, p. 01).

Portanto, construído pela CESP, “o município foi resultado de um planejamento urbano e manteve seu traçado pouco modificado, enquanto permaneceu sob a administração da referida empresa” (MORAES, 2012). Segundo pesquisa realizada por Simonato (2013),

Essa região, carente de apoio por parte de centros maiores, precisou desenvolver uma infraestrutura mínima para a construção de alojamentos e vilas operárias para os trabalhadores. Até então, o povoado possuía uma rede urbana precária, ou quase inexistente, porque a ocupação da região foi marcada pela pecuária extensiva, pelos latifúndios, pela baixa densidade populacional e pela grande distância dos centros mais significativos (SIMONATO, 2013, p. 15).

Nota-se que a cidade possui uma história de constituição bastante recente, foi considerada um distrito da cidade de Pereira Barreto-SP até 30 de dezembro de 1991. Após sua emancipação, sob a influência do mercado imobiliário, começaram as primeiras modificações, passou a ter sua própria identidade, com mudanças significativas, assumindo sua autonomia. Foi elevada à categoria de Estância Turística em 13 de Abril de 2000 e decretada Ilha Capital da Cultura por meio do Decreto nº 2241, em 29 de junho de 2001 (MORAES, 2012, p. 01).

**Figura 1.** Mapa de identificação da localização do município de Ilha Solteira/SP



Fonte: UNESP (2018).

Sendo assim, o surgimento do município se dá em 1991. De acordo com o Plano Municipal de Educação de Ilha Solteira, publicado em 2015, cinco anos após sua emancipação, a cidade iniciou sua rede municipal de ensino, por meio das escolas de educação infantil. Nesse documento pode ser encontrado o seguinte trecho:

Em conformidade com o art. 211, § 2º da Constituição Federal e com o § 1º do art. 239 da Constituição do Estado de São Paulo, através da Lei nº 591 de 11 de junho de 1996, o município de Ilha Solteira institui seu Sistema Municipal de Ensino (ILHA SOLTEIRA, 2015, p. 12).

Suas instituições de ensino ainda eram mantidas pela Companhia Elétrica do Estado de São Paulo – CESP. Posteriormente, passaram a ser de responsabilidade da Prefeitura Municipal, sendo municipalizadas as escolas de 1ª a 5º ano do Ensino Fundamental e outras dos demais níveis escolares, que foram construídas à medida que o município foi crescendo, como elucida o trecho a seguir:

[...] três escolas maternas (para crianças de 2 anos e meio a 5 anos), quatro grupos escolares e um colégio integrado, com ginásio e colegial. Havia também um colégio técnico e curso de Educação de Adultos, completado por um curso de Madureza. Na Área técnica funcionava um Centro de Aprendizagem e Treinamento – CAT através de convênio entre a CESP/ SENAI. Alunos de 12 a 18 anos tinham oportunidade para fazer cursos de

formação profissional de aprendiz. Em 1977 através do decreto nº 9.449/77 (Estatuto da UNESP), foi criada a Faculdade de Engenharia do Campus de Ilha Solteira, no mesmo ano iniciou-se o funcionamento dos cursos de graduação de Engenharia e em 1982 o curso de Agronomia (ILHA SOLTEIRA, 2015, p. 12).

Como citado anteriormente, em consonância com o Artigo 211º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que determina a obrigatoriedade dos municípios atuarem com prioridade nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Ilha Solteira incluiu em sua rede de ensino duas unidades escolares de 1ª a 5ª ano, denominadas: EMEF “Professora Lúcia Maria Donato Garcia e ”EMEF “Aparecida Benedito Brito da Silva”, situadas na zona norte e na zona sul, respectivamente.

A Escola Municipal “Professora Lúcia Maria Donato Garcia”, inicialmente denominada 3ª E.E.P G. de Ilha Solteira (Escola Estadual de Primeiro Grau), foi criada pelo Decreto nº 16.581, no ano de 1981. Em 1996 a unidade escolar passou a ofertar somente os anos iniciais do Ensino Fundamental, denominado na época de 1ª a 4ª série. Neste mesmo ano, por meio do Decreto nº 41.054 de 29/07/1996 “que autoriza a transferência de Unidades Estaduais de Ensino Fundamental para as redes municipais, a escola passa a pertencer ao município, conforme Programa de Ação de Parceria Educacional Estado – Município” (ILHA SOLTEIRA, 2016, p. 03).

Atualmente esta unidade escolar atende cerca de 475 alunos, e apesar de possuir uma infraestrutura antiga, conta com vinte e duas salas de aulas consideradas bem conservadas, além da “secretaria, sala de informática, sala de vídeo (anfiteatro), sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado), biblioteca, coordenação, direção, refeitório, quadra coberta para a prática das atividades esportivas, sala de professores, pátio, depósito, ateliê” (ILHA SOLTEIRA, 2016, p. 12).

Quatro anos após a criação da 3ª Escola Estadual de Primeiro Grau- E.E.P.G, foi criada a 4ª E.E.P.G com a finalidade de atender alunos de 1ª à 8ª série. Entretanto, funcionou por pouco tempo atendendo somente alunos de 1ª e 2ª séries. Atualmente denominada “Aparecida Benedito Brito da Silva”, esta escola atende uma média de 400 alunos distribuídos em 19 turmas no período diurno e 150 alunos distribuídos em seis turmas no noturno, que fazem parte da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Grande parte dos alunos é proveniente do bairro denominado Zona Sul da cidade, entretanto também são atendidos alunos que residem em outros bairros.

Tendo em vista o desenvolvimento da cidade e a necessidade de novos bairros, entre eles o Jardim Aeroporto, algumas famílias que tinham casas em bairros próximos

à uma das escolas, precisaram ser remanejadas. Diante desta situação, considerando a comodidade dessas famílias e alunos, em julho de 2003 ocorreu a inauguração da terceira unidade escolar do município, denominada: EMEF “Professor Paulo Freire”.

Esta unidade escolar é bastante ampla, e por ser considerada recente, também se encontra em bom estado de conservação. Atende cerca de 370 alunos, provenientes do ambiente rural e dos assentamentos próximos à região. Assim como nas outras unidades aqui mencionadas, os alunos permanecem na escola em tempo integral (07h às 15h).

Em relação ao principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional em uma escala de 0 a 10 e estabelecer metas para a melhoria do ensino, é possível observar na figura 2 que as três unidades escolares que foram investigadas na presente pesquisa, possuem uma nota considerada alta para o IDEB, sendo a Escola 1 de 7,3, a Escola 2 de 6,9 e a Escola 3 de 6,3.

**Figura 2.** IDEB observado nas três escolas municipais que compreendem os anos iniciais do Ensino Fundamental de Ilha Solteira-SP (2007, 2009, 2011, 2013 e 2015).<sup>2</sup>

Escola ↕	Ideb Observado					
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕
APARECIDA BENEDITA BRITO DA SILVA PROFESSORA EMEF		5.8	6.2	6.7	6.4	7.3
LUCIA MARIA DONATO GARCIA EMEF		5.5	6.2	6.1	6.3	6.9
PAULO FREIRE EMEF		5.4	5.6	5.1	5.6	6.3

Fonte: Brasil (2015)

Além de adequar as unidades escolares para atender a nova demanda, citada anteriormente, outro desafio enfrentado foi a consolidação da escola de tempo integral, que foi instituída por meio da Lei Complementar Nº 234 de 27 de maio de 2011, (ANEXO E), que “dispõe sobre a criação da Escola em Tempo Integral que prevê a ampliação progressiva da jornada escolar diária, visando à oferta de tempo integral para os alunos do ensino fundamental do município (ILHA SOLTEIRA, 2015, p. 29).

<sup>2</sup> Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiram a meta .Mais informações em: <http://ideb.inep.gov.br/>

Dessa forma, as três unidades escolares que fazem parte da presente pesquisa, são escolas denominadas de tempo integral.

De acordo com o documento Plano Municipal de Educação, que detalha o surgimento do município (ILHA SOLTEIRA, 2015), observa-se que sua rede de ensino passou por uma longa trajetória de conquistas que foi conduzida e influenciada pelas transformações econômicas, políticas e culturais da cidade sendo considerada, uma educação bem estruturada, que conta com o apoio e participação de diversos setores da sociedade, tais como, o Conselho Municipal de Educação, Conselhos de Escola, Conselho de Cultura e Associação de Pais e Mestres, que oportunizam e proporcionam a participação popular nas decisões do município.

No mesmo ano em que o ensino infantil e as escolas de 1º ao 5º ano passaram a ser de responsabilidade da prefeitura municipal, “foi elaborado o primeiro Plano Municipal de Educação para o biênio 1999/2000 que, embora aprovado pelo executivo não houve caracterização legal” (ILHA SOLTEIRA, 2015, p. 06).

Posteriormente, com a necessidade de retomar as discussões e análise acerca da rede de ensino foi instituída a Lei nº 1.228 de 22 de dezembro de 2004 (ILHA SOLTEIRA, 2004) quatro anos após a elaboração do primeiro documento, que anunciou o segundo Plano Municipal de Educação, sendo considerado o primeiro instituído por lei, com duração de dez anos. No entanto, após esse período, a sociedade civil e a comunidade escolar começaram a se organizar para a concretização do atual Plano Municipal de Educação (2015-2025) por meio do Decreto nº 5.823 de 03 de novembro de 2014. Para isso foi estabelecida a Comissão de Acompanhamento para elaboração de um novo documento, que foram de extrema relevância no processo, contribuindo de forma significativa com as sugestões e recomendações de metas e estratégias para o PME (Plano Municipal de Educação) atual, que corresponde ao decênio 2015-2025.

Segundo o Plano Municipal de Educação da cidade, conforme mostra a Figura 3, os órgãos que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Ilha Solteira são: Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Alimentação Escolar, as instituições de ensino de educação infantil e ensino fundamental, além do Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, constituído por recursos provenientes dos impostos e transferências dos

estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação. “Sua principal característica a distribuição de recursos de forma automática, sem necessidade de autorização orçamentária ou convênios para esse fim” (ILHA SOLTEIRA, 2015, p. 51).

**Figura 3.** Organograma dos órgãos que compõe o Sistema Municipal de Ensino de Ilha Solteira-SP



Fonte: Ilha Solteira (2015)

As demandas educacionais ficam sob responsabilidade do Conselho Municipal de Educação, que desempenham funções de natureza consultiva, propositiva, mobilizadora, deliberativa, normativa e fiscalizadora. “Em todas estas funções, o Conselho deve ser um instrumento que propicie a efetiva participação da sociedade civil na definição, acompanhamento, avaliação e fiscalização das políticas educacionais no âmbito municipal” (ILHA SOLTEIRA, 2015, p. 50).

Em relação aos cargos de gestores das escolas do município (diretores e vice-diretores), estes foram nomeados por indicação pela administração pública da cidade, enquanto os professores nomeados coordenadores, foram eleitos pelos pares, por

meio de um processo seletivo interno, conforme o Estatuto do Magistério, Lei Complementar 57/2004. A tabela 1 apresenta a organização da rede de ensino do município de Ilha Solteira-SP.

**Tabela 1.** Organização geral da rede de ensino de Ilha Solteira-SP.

Unidade Escolar	Gestores indicados			Gestores eleitos
	Nº de Escola	Diretores de Escola	Vice Diretores de Escola	Professores Coordenadores
<b>Escola Municipal de Educação Infantil</b>	4	3	-	4
<b>Centro de Educação Infantil</b>	5	5	-	5
<b>Escola Municipal de Ensino Fundamental</b>	3	3	3	9

Fonte: Adaptado de Ilha Solteira (2015).

Sabe-se que no ano de 2016, os Vice-Diretores das escolas de Ensino Fundamental I foram exonerados dos cargos e voltaram para as funções de professores em salas de aula. Tal fato ocorreu devido a uma recomendação da promotora de justiça da cidade, que determinou a exoneração dos ocupantes de todos os cargos comissionados e funções de confiança, com exceção dos cargos de secretários municipais e diretores de departamento<sup>3</sup>.

Em relação aos professores da Rede Municipal de Ensino, o Plano Municipal de Educação assegura que há a realização de incentivos para que os profissionais dêem continuidade à formação acadêmica. Nota-se que a formação em serviço é uma das metas do Plano Municipal de Educação, pautando-se na reflexão crítica sobre a metodologia da aprendizagem, práticas educativas e intercâmbio de experiências entre os profissionais. “No que diz respeito à formação dos profissionais de educação que atuam nas redes municipal, estadual e particular do município pode-se afirmar que manter-se atualizado é prática constante destes profissionais” (ILHA SOLTEIRA, 2015, p. 12).

<sup>3</sup> As informações obtidas a respeito da situação dos gestores indicados na rede de ensino do município de Ilha Solteira foram extraídas do jornal veiculado na cidade – Hoje Mais-Portal de Notícias de Ilha Solteira - que pode ser encontrado no endereço virtual: <<http://www.hojemais.com.br/app/ilha-solteira/>>. (06.fev de 2017)



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as informações apresentadas no Plano Municipal de Educação (2015-2015), as escolas que compreendem os anos iniciais do Ensino Fundamental e o Ensino Infantil, são administradas pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, totalizando em 12 unidades escolares, sendo que apenas três delas (as de Ensino Fundamental I), possuem em sua matriz curricular a Educação Ambiental como disciplina, como pode ser visualizado na figura 4.

**Figura 4.** Organização do tempo didático das escolas de 1º ao 5º ano do município de Ilha Solteira, SP.

CURRÍCULO BÁSICO	Base Nacional Comum (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte e Educação Física); Parte Diversificada (Educação Ambiental, Educação financeira, Língua Estrangeira/Inglês).
ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	Orientação de estudos; Atividades artísticas e culturais, Atividades desportivas; Atividades de integração social e com o meio ambiente.

Fonte: Adaptado de Ilha Solteira (2015).

Nas escolas em Tempo Integral da rede municipal de Ensino Fundamental I de Ilha Solteira, as matrizes curriculares estão estruturadas de acordo com as orientações da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (BRASIL, 1996).

A organização do tempo didático compreende em disciplinas da base nacional comum, da parte diversificada, (onde a EA está inserida) e atividades de enriquecimento curricular. Portanto, durante metade de um dia letivo os alunos estudam as disciplinas do currículo básico e da parte diversificada, enquanto o outro período é utilizado para aulas ligadas às artes/dança ou esporte.

Atualmente as disciplinas do currículo básico e da parte diversificada, como Arte, Educação financeira<sup>4</sup> e Língua estrangeira/inglês, não fazem mais parte do currículo. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, os professores

<sup>4</sup> Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) sobre empreendedorismo com crianças no Ensino Fundamental.

responsáveis exoneraram os cargos por mudanças de município ou de questões pessoais e a solução encontrada foi retirá-las da base curricular ao invés de substituir e/ou contratar novos profissionais por meio de processo seletivo.

Outro ponto relevante a ser destacado são as atividades relacionadas à temática ambiental desenvolvidas nos complementos do período integral, que atualmente também não fazem mais parte do currículo. Observa-se na matriz curricular que além da Educação Ambiental estar destacada como disciplina específica do currículo básico, era trabalhada a Educação Cidadã, em que se discutia assuntos ligados à construção de valores sociais, ambientais, sentimentos, comportamento e a trajetória histórica da cidade de Ilha Solteira e das próprias escolas do município.

Os conteúdos específicos ministrados nas atividades de integração social e com o meio ambiente eram elaborados pelos próprios professores especialistas responsáveis pela disciplina de EA, que complementavam a carga horária de quarenta horas com esses projetos do período integral ou com a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Segundo o PME, no início de sua formação, o município priorizava formar a personalidade dos educandos, distanciando-se dos modelos tradicionais de educar os alunos. Atualmente, os princípios das escolas estão direcionados para a formação do cidadão, buscando em primeiro lugar práticas que possibilitem a sensibilização dos alunos, construção de valores e que sejam capazes de proporcionar “a convivência em uma sociedade democrática sem abrir mão de seus conteúdos, mas atribuindo sentido ao que é transmitido” (ILHA SOLTEIRA, 2015, p. 07).

Ressalta-se que as metas e estratégias definidas neste Plano apontam para as perspectivas transformadoras e emancipadoras da educação ilhense, sendo delineadas com base na legislação educacional, nos Planos Nacional e Estadual de Educação e definidas a partir da análise do diagnóstico educacional do município, considerando o contexto histórico, socioeconômico, cultural e ambiental, possibilitando assim, a definição de proposições capazes de assegurar mudanças significativas no desempenho educacional no decorrer de dez anos. (ILHA SOLTEIRA, 2015, p. 07).

Em relação à disciplina escolar de Educação Ambiental implementada em Ilha Solteira-SP, a entrevistada acredita que a necessidade de incluir a disciplina na rede escolar do ensino fundamental I foi devido ao grande envolvimento de outros atores externos à estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação como, por

exemplo, a própria comunidade escolar, que passou a apontar a EA como prioridade e como um tema de grande relevância para sensibilizar os alunos.

**Coordenadora:** *“Acredito que a principal motivação é a nossa luta diária pela sustentabilidade, e pela necessidade da conscientização. Todos nós sabemos que a transformação da sociedade, do mundo, se inicia com as crianças. Então, a partir dessa motivação, a comunidade escolar também passou a colocar em pauta a Educação Ambiental como tópico prioritário para ser inserido nas escolas, na verdade sempre foi muito citada, inclusive como essencial. E daí começamos a pensar com carinho em como amadurecer essa ideia.”*

É a partir desse cenário, segundo a coordenadora entrevistada, que a Secretaria de Educação começa a pensar a inserção da Educação Ambiental nas escolas da rede municipal de ensino fundamental I. E apesar do pouco conhecimento teórico na área percebe-se, em outro trecho citado pela coordenadora, que essa preocupação do município com a temática ambiental, reflete no desejo para que essas questões, inegavelmente importantes, sejam abordadas e incorporadas nem que for em um espaço específico, delimitado como disciplina, “e isso reflete a ânsia que existe em muitos educadores em ver um espaço fixo e bem delimitado para a EA no ensino formal” (SANTOS; SANTOS, 2016, p. 372).

**Coordenadora:** *“Eu nunca tive nenhuma disciplina específica ou alguma relacionada à temática ambiental na minha graduação, na verdade nem se falava na época sobre Educação Ambiental. Mas mesmo assim eu agarrei essa ideia com todas as forças para que desse certo aqui no município, e tivéssemos um espaço para isso... tenho muito carinho por esse projeto, a gente sabe o quanto é importante!”*

**Coordenadora:** *“Se eu falar conheço a Lei [se referindo à Política Nacional de EA] de forma aprofundada, estarei mentindo para você. Sobre essa Lei eu conheço muito superficialmente. Na verdade, esse contato com os documentos foi necessário devido ao meu envolvimento no processo de introdução da Educação Ambiental aqui... no currículo das escolas”*

Segundo Bernardes e Prieto (2010), apesar da Lei 9795/99 indicar que a inclusão da Educação Ambiental no currículo escolar não deve ocorrer na forma de uma disciplina específica do currículo, muitos argumentam que diante de toda problemática ambiental que vivemos hoje, a EA deveria ser inserida na grade curricular como disciplina para produzir resultados mais eficazes para a tomada de consciência e cooperação efetiva para o desenvolvimento sustentável. Segundo Bernardes e Prieto (2010) os principais argumentos usados para a introdução da Educação Ambiental como disciplina curricular são:

A transversalidade não funciona na prática, nem há garantias de que ela seja praticada nas escolas e instituições de ensino; - Como uma disciplina, a Educação Ambiental ganharia espaço na grade curricular e com isso visibilidade e materiais didáticos específicos; - Há diversos Educadores Ambientais, muitos formados em cursos de extensão e de especialização, mas que tem, muitas vezes como obrigação, que ministrar aulas de português, geografia, Ciências e Química para desenvolver atividades de Educação Ambiental nas Escolas. (BERNARDES E PRIETO,2010, p. 178)

De acordo com os autores, enquanto a Educação Ambiental não se tornar uma disciplina específica do currículo, ela não terá o seu merecido espaço na escola e os cidadãos desse país continuarão a exercer práticas não efetivas quanto a conscientização ambiental. Discussões essas que se apoiam nas reflexões destacadas no trabalho de Oliveira (2007):

[...] reflete a busca por um espaço curricular próprio que forme um eixo capaz de reunir e articular o currículo e os elementos orientadores da ação do professor. Parece que o desejo aí contido não é a criação de uma disciplina em si mesma, mas sim, o de encontrar uma alternativa que viabilize a inserção do ambiental no currículo, pois esse é o modelo que conhecemos e ao qual estamos familiarizados (OLIVEIRA, 2007, p. 107).

Assim, de acordo com a coordenadora, essa disciplina escolar surge em um momento oportuno na cidade, no qual é possível observar o interesse, iniciativa e comprometimento dos próprios gestores e comunidade escolar em ter um espaço de reflexão e discussão sobre essas questões com os alunos. Além disso, verifica-se em uma das falas, que antes da implementação da disciplina, não havia nenhum relato de experiência que envolvesse a temática ambiental no contexto escolar, muito menos algum trabalho que fosse consolidado no município.

**Coordenadora:** *“Então, eu como participante desse projeto por muitos anos, desde quando começou, vejo que o desenvolvimento desta disciplina como obrigatória trouxe um novo olhar para o problema da sustentabilidade. Agora podemos afirmar que é*

*trabalhado junto com os alunos esse olhar para conscientização e sensibilização, até porque antes não tínhamos esse espaço...aliás, as vezes acho que até tinha, mas era dentro de algum evento ou alguma atividade muito dispersa. No meu ponto de vista deveria ser implantada em todos os segmentos educacionais. Penso que os órgãos públicos deveriam exercitar o combate ao desperdício, se utilizando da Educação Ambiental como instrumento para esse exercício.”*

Nesse contexto, Trajber e Mendonça (2006) ressaltam que as disciplinas denominadas especiais podem contribuir no sentido de oportunizar um espaço fixo para desenvolver as atividades relacionadas às problemáticas ambientais com mais tempo e de forma continuada. Contudo, se pensarmos nos aspectos conceituais, “a disciplinarização da EA pode representar uma visão limitadora desta ciência, entretanto sua inexistência pode implicar o esvaziamento da importância e efetiva presença da EA na educação escolar (ROSSI; LEAL, 2012)”. Como no caso da Educação Ambiental apresentada nesta pesquisa e que está destacada como parte diversificada neste universo escolar.

Essa percepção também é compartilhada por Santos (2010), que defende que

grande parte das críticas à abordagem transversal da temática ambiental na escola aponta que a atribuição difusa da responsabilidade do trabalho de tal questão acaba por resultar no fato de, muitas vezes, tal abordagem não chegar a ser assumida de fato por ninguém (SANTOS, 2010, p. 57).

Assim, o questionamento de Carvalho (2005) vem ao encontro com os pensamentos destacados até o momento: “Afinal, como ocupar um lugar na estrutura escolar desde essa espécie de não lugar que é a transversalidade?” Para o autor, ao consolidar a EA como tema transversal, ela pode tanto ganhar o significado de estar em todo lugar, como também não pertencer a nenhum dos lugares dentro da estrutura curricular.

#### **4.2 Análise do Projeto de Educação Ambiental na Rede de Ensino Fundamental I de Ilha Solteira (2009)**

Segundo a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, a equipe de profissionais da época era composta, em sua maior parte, por estudantes da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), que possuíam vínculo em um projeto com a Prefeitura Municipal, porém nada consolidado por meio de processo seletivo naquela época. O grupo era constituído também por professores com formação em ciências e geografia, que já faziam parte do quadro de funcionários da Prefeitura, além de uma coordenadora e duas supervisoras que participaram desde o processo de implementação do projeto de Educação Ambiental no município, como citado anteriormente.

O projeto que contribuiu para a consolidação da EA nas escolas de ensino fundamental I de Ilha Solteira, foi apresentado durante o encerramento da Semana do Meio Ambiente que acontecia anualmente no município. Tal fato ocorreu três meses antes da elaboração da Lei nº 1658, que institui a Política Municipal de Educação Ambiental na Rede Municipal no ano de 2009, que será analisada na seção seguinte.

O programa anual de Educação Ambiental referente ao ano de 2009 cita as reflexões discutidas nas Conferências de Estocolmo e Tilibisi como referência na elaboração de suas premissas e objetivos. Nesse contexto, foi possível verificar que, os atores que participaram na elaboração do documento reconhecem a Educação Ambiental como um processo de construção de valores, com enfoque no fortalecimento e desenvolvimento de habilidades que sejam capazes de sensibilizar os alunos, como destacado nos seguintes trechos:

[...] a EA também está pautada na prática das tomadas de decisões e na ética para a melhoria da qualidade de vida de todos os seres vivos. Dessa maneira, a partir de novas práticas pedagógicas que sejam promotoras de sujeitos de ação, de cidadãos responsáveis e conscientes de seu papel, insere-se a EA nas EMEFs de Ilha Solteira (ILHA SOLTEIRA, 2009, p. 01).

O objetivo é de sensibilizar nossas crianças, desenvolvendo nestes a consciência dos problemas ambientais e, estimulá-las a buscarem soluções em parceria (família e a comunidade onde vivem), a partir dos conhecimentos adquiridos (ILHA SOLTEIRA, 2009, p. 02).

Os trechos citados estão em consonância com uma fala da coordenadora durante a entrevista, como está apresentado abaixo:

**Coordenadora:** “ *A Educação Ambiental para mim é basicamente a salvação do planeta. A conscientização desde criança é extremamente necessária para a importância da preservação ambiental. Sabemos que a natureza não é eterna.*”

O documento já apresentava a EA como disciplina específica em seu planejamento, com carga horária de 78 aulas, totalizando 39 semanas. Na época, as aulas eram ministradas nos complementos do período integral escolar, e o projeto atendia por volta de 3 mil crianças matriculadas entre o segundo e quinto ano do Ensino Fundamental nas três escolas municipais.

De acordo com a entrevistada, desde o início, quando a proposta foi elaborada, a intenção foi trabalhar a temática já institucionalizada como disciplina, entretanto, apesar de afirmar que o projeto não iniciou em caráter experimental nas escolas, a principal dificuldade encontrada estava predominantemente relacionada ao fato de se tratar de um trabalho pioneiro, no qual as pessoas envolvidas, no caso, as duas professoras e estagiários graduandos em zootecnia, não tinham conhecimento técnico de qualquer outra experiência na qual pudessem se basear, como pode ser verificado na fala a seguir:

**Coordenadora:** “*A gente teve muita dificuldade em encontrar os profissionais certos para desenvolver esse trabalho nas escolas. Foi muito difícil achar professores habilitados nessa área, que tivessem domínio e conhecimento para compor nossa equipe...Acho que no começo isso é o que foi mais complicado.*”

Além disso, nota-se em uma das falas da coordenadora que, apesar de ter participado do processo de constituição da disciplina, ela apenas auxiliou na administração do projeto quando já estava institucionalizado. Subentende-se que uma única pessoa, considerada habilitada pela equipe, ficou com a responsabilidade de elaborar toda proposta didática, desde a parte de delinear o projeto com base nas concepções teóricas da Educação Ambiental, seleção dos conteúdos, explicação das atividades que seriam abordadas e acompanhamento dos professores e estagiários:

**Coordenadora:** “Nós tivemos muita sorte porque quem comandou a implantação disso foi a professora doutora Maria<sup>5</sup>. Eu até falei na época que não servia pra fazer isso, mas não por falta de vontade, nada disso, é que assumir essa responsabilidade era muita coisa pra mim, porque eu assumo não ter conhecimento teórico e nenhum embasamento teórico nessa área, mas a Maria tinha.”

**Coordenadora:** “...então, na época, nós designamos para ela cuidar dessas coisas. Ela que se reunia com os professores toda semana, ela preparava as aulas toda semana junto com eles...enfim, ela que foi a grande responsável no município por essa implantação.”

A proposta da metodologia de ensino delineada no documento, fundamentava-se em aulas expositivas/dialógicas, vídeos sobre o assunto, debates, discussões em grupo, além de excursões, visitas técnicas e participação em aulas práticas com elaboração de experimentos científicos, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação. Tais atividades eram desenvolvidos com auxílio dos professores e estagiários das escolas.

Nota-se na Tabela 2, que as atividades eram subdivididas de acordo com o ano das turmas, ou seja, cada ano era correspondente à uma etapa. Assim, as quatro etapas propostas, eram sistematizadas em eixos temáticos, que consistiam em um breve cronograma de atividades relacionadas aos temas que deveriam ser abordados durante o período de um ano.

---

<sup>5</sup> Optou-se por modificar o nome ressaltado na transcrição original afim de resguardar o anonimato da pessoa citada.



**Tabela 2.** Cronograma das atividades desenvolvidas com as turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental (2º ao 5º ano), durante o Projeto de Educação Ambiental no ano de 2009.

Ano/Etapa	Tema do Projeto	Eixos Temáticos
2º Ano	“O alimento nosso de cada dia”	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecendo os alimentos</li> <li>- Grupo dos alimentos</li> <li>- Análise da pirâmide alimentar</li> <li>- Importância da alimentação saudável - Noções de higiene básica (corporal, bucal e alimentar).</li> </ul>
3º Ano	“Água: sabendo usar, não vai faltar”	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Características da água</li> <li>- Água e os seres vivos</li> <li>- Ciclo da água</li> <li>- Distribuição da água no Planeta</li> <li>- Saneamento básico</li> <li>- Poluição e contaminação da água - Preservação da água</li> </ul>
4º Ano	“Aprendendo com a natureza uma Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável”	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Terra no Universo</li> <li>- A água</li> <li>- Solo</li> <li>- Florestas</li> <li>- Microbacias</li> <li>- Resíduos sólidos</li> </ul>
5º Ano	“Agentes Ambientais, os Heróis da Natureza: em defesa da Terra”	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualidade da água</li> <li>- Qualidade do solo</li> <li>- Qualidade do ar</li> <li>- Proteção da fauna</li> <li>- Proteção da flora</li> <li>- Repensar no lixo</li> </ul>

Fonte: Ilha Solteira (2009)

Sabe-se que a realização de projetos de Educação Ambiental pode ser uma alternativa viável para a sua inserção nos currículos das escolas, porém os trabalhos científicos têm demonstrado que nem sempre esses projetos são interdisciplinares e com alcance a toda a comunidade escolar (SANTOS; SANTOS, 2016, p.375). Segundo Loureiro (2012), embora a complexidade ambiental compreende diversas dimensões, constata-se, atualmente, que “muitos modos de fazer e pensar a Educação Ambiental enfatizam ou absolutizam a dimensão ecológica da crise ambiental, como se os problemas ambientais fossem originados independentemente das práticas sociais” (LOUREIRO, 2012, p. 13).

Essa reflexão vem ao encontro com os dados destacados na Tabela 2, sendo possível observar a compartimentalização da Educação Ambiental em saberes pontuais, voltados mais para discussões em saúde, devido a forma como as atividades

estão categorizadas, mas também em atividades do cotidiano, como pode ser observado nos trechos extraídos da entrevista, apresentados a seguir:

**Coordenadora:** *“Como eram crianças pequenas as práticas consistiam em atividades práticas diárias, relacionadas com o cotidiano do aluno, entende?! Então quer dizer, você levantou e faz o exercício daquilo.”*

**Coordenadora:** *“Então eles tinham horta, colhiam os alimentos, aprenderam a lavar verdura, comiam a salada. Tanto é que a gente percebeu que as crianças não comiam berinjela, elas não comiam nada disso, passaram a comer depois dessas atividades.”*

A falta de percepção da Educação Ambiental como processo educativo, reflexo de um movimento histórico, produziu uma prática descontextualizada, voltada para a solução de problemas de ordem física do ambiente, incapaz de discutir questões sociais e categorias teóricas centrais da educação. Assim, a ausência de reflexão sobre o movimento ambientalista, seus propósitos e significados políticos, levou à incorporação acrítica por parte dos educadores ambientais, das tendências conservadoras e pragmáticas dominantes, “estabelecendo ações educativas dualistas entre o social e o natural, fundamentadas em concepções abstratas de ser humano e generalistas e idealistas no modo como definem a responsabilidade humana no processo de degradação ambiental.” (LOUREIRO, 2012, p. 90).

Assim, percebe-se a importância do trabalho por meio da interdisciplinaridade, “reunindo-se os suportes teóricos provenientes de diferentes disciplinas e campos do saber, abandonando-se uma perspectiva restrita para contemplar os fatos e fenômenos em contextos diversos de forma global” (OLIVEIRA, 2007, p. 107).

Percebe-se que diante das tentativas de incluir a EA no currículo escolar, os atores envolvidos acabam enfrentando muitos obstáculos. Essa colocação também foi evidenciada no trabalho de Santos e Santos (2016), que ao analisarem como a Educação Ambiental tem sido inserida no currículo das escolas brasileiras, verificaram que a maioria das instituições participantes da pesquisa, apesar das boas intenções e de terem a iniciativa em consolidar a EA no ambiente escolar, não possuem um projeto educativo que contemple a problemática ambiental na perspectiva interdisciplinar, deste modo, não pode proporcionar condições propícias aos professores para trabalharem coletivamente e de forma integrada. Esse cenário dificulta um trabalho

efetivo com base na transversalidade e a interdisciplinaridade, ideais propostos para a prática da EA (BRASIL, 2001).

Conforme consta na fala da entrevistada, é possível notar que, supostamente, a intenção de se implementar a Educação Ambiental nas escolas não partiu somente da comunidade escolar como havia citado na sessão anterior:

**Coordenadora:** *“Inclusive, depois que a Educação Ambiental passou a ser abordada nas escolas, a gente sempre tirou nota dez naquele programa do governo, o Município Verde Azul. O tempo que fiquei lá a gente tirou nota dez todos os anos. Que tem uma diretriz que é um outro município vem visitar a gente e verifica as pontuações em relação à Educação Ambiental, o que vem sendo feito. Então a gente sempre desenvolvia tudo o que a gente pretendia e a acabava incluindo junto com as dez diretrizes.*”

Ao que parece, já havia no município a intenção de se implementar mudanças no tratamento recebido pela Educação Ambiental, no sentido de inseri-la no contexto formal, devido ao fato da mesma constar como uma das diretivas do plano de governo intitulado Município Verde Azul- PMVA, que foi um programa lançado em 2007 pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e teve o propósito de medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental com a descentralização e valorização da agenda ambiental nos municípios (SÃO PAULO, 2015). Segundo informações obtidas no site do Governo do Estado de São Paulo, o principal objetivo do projeto foi incentivar as prefeituras paulistas na “elaboração e execução de suas políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do próprio município e como consequência do Estado de São Paulo”. (SÃO PAULO, 2015).

Tal fato justifica o interesse em consolidar como disciplina curricular e o envolvimento de outros atores externos à estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação. Ao realizar buscas em meio eletrônico sobre o fato mencionado, foi encontrado uma reportagem, publicada em 10/06/2009 no Portal Folha Regional de Andradina e região, intitulada “Educação Ambiental agora é curricular em Ilha Solteira”, a que supostamente retrata que a intenção dos atores envolvidos, também era a de aumentar a pontuação do município no PMVA, como pode ser observado em uma das falas do prefeito na época, ao criticar os critérios de

classificação dos municípios que conquistam o selo Verde Azul da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, trecho extraído da reportagem:

***Prefeito do município (2009): “Com todas essas ações na área da Educação Ambiental, e com uma cidade concretamente repleta de vegetação na área urbana, Ilha Solteira deveria ser melhor avaliado também por esse programa do Governo”.***

Na reportagem ainda há a seguinte colocação: *“Para o chefe do executivo local, esses itens devem garantir a nota máxima de Ilha Solteira no Programa Município Verde”.*

O PMVA funciona da seguinte forma: convida os municípios paulistas a aderirem a partir da assinatura de um “Protocolo de Intenções” (THE NATURE CONSERVANCY, 2016, p. 01) que propõe dez Diretivas Ambientais, conforme citado pela coordenadora. Tais ações propostas pelo programa abordam os seguintes temas estratégicos: Esgoto Tratado, Resíduos Sólidos, Biodiversidade, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Cidade Sustentável, Gestão das Águas, Qualidade do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho Ambiental.

Após esse processo, se estabelece uma parceria entre a cidade e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que tem a responsabilidade de orientá-los de acordo com os critérios específicos a serem avaliados, apontando quais estratégias e ações necessárias que a prefeitura municipal deve realizar para ser certificada como “Município Verde Azul”.

De acordo com o governo do estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2015), a Secretaria Estadual de Meio Ambiente além de auxiliar as prefeituras no cumprimento de sua agenda ambiental, acompanha e realiza avaliações de seu desempenho, atribuindo notas que variam de zero a dez para cada uma das diretivas citadas anteriormente, totalizando cem pontos. Os municípios com nota superior a oitenta recebem o certificado de “Município Verde Azul”.

As ações propostas pelo PMVA em relação aos critérios exigidos para a avaliação do tópico de Educação Ambiental podem ser visualizadas com maiores detalhes no Anexo A. Verifica-se que os dados apresentados na Tabela 3 corroboram com a fala da coordenadora entrevistada, visto que desde 2011 o município de Ilha Solteira-SP realmente atinge a nota máxima na diretiva referente à Educação Ambiental do PMVA.

**Tabela 3:** Pontuação de Ilha Solteira-SP no Programa Município VerdeAzul em relação aos critérios de Educação Ambiental- Avaliação 2011-2013.

$\Sigma$ NOTAS	CRITÉRIOS	Pontuação geral/ Anos		
		2011	2012	2013
ID <sup>6</sup> 10	Lei Transversalidade/Regulamentada (EA1)	1	1	1
	Diretrizes Pedagógicas (EA2)	2	2	2
	Progr. De Educação Amb. Formal e não formal (EA3)	2	2	2
	Descrição e comprovação de ações de Ed. Amb (EA4)	3	3	3
	Centro/espço de Ed. Ambiental (EA5)	1	1	1
	Solicitação Prefeito-Pres.Conselho (EA 6)	0	1	1
PRO <sup>7</sup> 2	Capacitação de dirigentes e professores (EA7)	2	2	1
	Ações de Ed. Amb. Intermunicipal ou regional (EA8)			
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>11</b>	<b>12</b>	<b>11</b>

Fonte: São Paulo (2013)

As informações destacadas na Tabela 3 chamaram a atenção para o fato de que os responsáveis pela elaboração do relatório não apresentaram certificações que comprovassem o item referente à capacitação de dirigentes e professores. Além disso, nesta data da avaliação, em 2013, ocorreu a troca de prefeito e, conseqüentemente, o afastamento de toda equipe da coordenação/supervisão. Assim, as atividades relacionadas à EA desenvolvidas nas escolas foram paralisadas até a convocação dos professores especialistas no ano seguinte, em 2014, como pode ser visualizado na fala da coordenadora entrevistada:

**Coordenadora:** “Então, por agora não sei te dizer como as coisas estão por lá não tenho mais contato com o pessoal, porque nós todas saímos em 2013, inclusive nesse ano nem teve a disciplina nas escolas... difícil te afirmar sobre o agora, e como eles estão se organizando.”

A partir disso, surge o questionamento de como o município atingiu a pontuação máxima no ano de 2013 se as atividades desenvolvidas no espaço formal foram suspensas por um ano? Sabe-se que por meio deste programa (PMVA), dependendo

<sup>6</sup> ID- Indicador de Desempenho

<sup>7</sup> PRO- Pró-atividades: o município deve apresentar documentos que comprovem a realização de capacitação com conteúdo em Educação Ambiental como: cursos, conferências, congressos, palestras etc., direcionada a pelo menos 50% dos professores da rede municipal, além de registro de ações de educação ambiental envolvendo, por exemplo: rede de ensino, grupos de terceira idade, agricultores, comerciantes etc.

da pontuação, além de prêmios, a Prefeitura de Ilha Solteira pode se qualificar para receber recursos do governo, para desenvolvimento de projetos:

[...] há também um prêmio para o melhor colocado em cada uma das 22 bacias hidrográficas do estado, que recebem o Prêmio Franco Montoro de Ecologia. Os “municípios verdes” possuem prioridade no acesso às políticas de governo e o projeto acaba criando uma competição sadia entre as prefeituras, tendo em vista que a melhoria na pontuação depende diretamente da efetivação de ações ambientais nos municípios (THE NATURE CONSERVANCY, 2016, p. 01).

Diante desses apontamentos, Locatelli e Hendges (2005) destacam que a EA nas escolas tem sido confundida com ações pontuais em resposta ao que a sociedade espera do município e da escola. Entretanto, Santos e Santos (2010) reconhecem que essas atividades não conseguem gerar no indivíduo, que está em processo de formação, uma verdadeira consciência ambiental fundamentada na perspectiva crítica.

Partindo desse ponto de vista, Santos (2010) chama a atenção para a seguinte reflexão:

Tal associação pode ser percebida como ligada a uma concepção amplamente difundida de que a Educação Ambiental dirige seu olhar para a preservação e a conservação de aspectos físicos do meio ambiente, visão que tem sido combatida por uma expressiva parcela da produção acadêmica que, ao focar na dimensão social, reconhece nela a origem de grande parte dos problemas ambientais. É nessa tensão, gerada pelos embates travados em um campo em definição, que são construídas retóricas que chegam às escolas brasileiras e informam de diversas maneiras os rumos que os trabalhos com a temática ambiental tomarão (SANTOS, 2010, p. 58).

Posto isso e corroborando com as reflexões discutidas no trabalho de Ferreira e Oliveira (2007), bem como demonstrado nos dados em análise, a inserção da Educação Ambiental nas escolas apresenta-se em determinadas ocasiões ligadas a maior associação à interesses políticos e objetivos utilitários e/ou pedagógicos, levando em conta para a seleção dos conteúdos, critérios de relevância social, enquanto, em outros momentos, está mais comprometida com objetivos acadêmicos, dialogando de forma mais consolidada com algumas ciências de referência. À vista disso, Guimarães (2013) explicita que a Educação ambiental encontra seu espaço para se fortalecer e ser trabalhada comprometida com perspectiva crítica, levando em consideração a visão sistêmica de meio ambiente, compreendido em sua totalidade complexa como um conjunto no qual seus elementos/partes interdependentes inter-relacionam entre si.

#### **4.3 Análise da Política Municipal de Educação Ambiental - Ilha Solteira-SP (Set/2009)**

Tendo em vista a universalização da temática ambiental, Batista (2008) destaca que grande parte dos Estados e Municípios do País já possui ou está elaborando políticas, programas, projetos, com intuito de consolidar a Educação Ambiental tanto no ensino formal quanto no não-formal e, geralmente, tais políticas são semelhantes a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (BRASIL, 1999a) apresenta sobre o tema.

Subentende-se que para a inserção da Educação Ambiental em contextos formais é responsabilidade de cada Estado e/ou Município preconizar ações que visem a implementação de políticas públicas voltadas a construção de uma sociedade sustentável, embasadas nas diretrizes estabelecidas na legislação federal.

Serafim e Dias (2012) ao realizarem uma reflexão crítica acerca dos principais conceitos e ferramentas constantemente utilizados em análises de políticas públicas, destacam a importância de compreender além do conteúdo do documento em si, ou seja, ter a preocupação de entender a complexidade que a ela é intrínseca e analisar o porquê, como e para quem determinada política foi elaborada. Considerando tais aspectos, apresenta-se a seguir a análise da Lei que dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental na cidade de Ilha Solteira-SP, afim de compreender de que forma ela contribuiu para a inserção da EA no município.

A Lei nº 1658, de 02 de setembro de 2009 que consolidou a Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino de Ilha Solteira-SP foi aprovada pela Câmara Municipal sancionada e promulgada pelo Prefeito Edson Gomes (ANEXO F). De maneira geral, o documento se apresenta em consonância com o que estabelece a Política Federal, organizado em uma estruturação simples, composta por oito artigos que traçam algumas diretrizes para a implementação da Educação Ambiental na Rede de Ensino do município.

Em relação aos seus princípios, fundamentos e diretrizes, no primeiro artigo é apresentada a concepção de Educação Ambiental segundo a visão de Marcatto (2002), onde a EA é considerada um “processo de formação dinâmico, permanente e participativo, no qual as pessoas envolvidas possam ser agentes transformadores que sejam capazes de julgar criticamente os fatos e acontecimentos relacionados ao meio ambiente” (ILHA SOLTEIRA, 2009, p. 01). Compreensão essa que vem ao encontro e

complementa os objetivos delineados no Projeto anual de EA, referente ao ano de 2009, mencionado na seção anterior.

Em seu artigo 2º é ressaltado que as ações na rede municipal de educação devem ser efetuadas de maneira que aconteça uma articulação entre os diferentes níveis e modalidades de ensino, quaisquer que sejam os espaços onde aconteçam. Entretanto, na realidade as atividades de EA são ofertadas sistematicamente apenas aos anos iniciais do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano).

Artigo 2º- A Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação, devendo estar presente no âmbito nacional de forma articulada e continuada em todos os níveis e modalidades dos processos educativos em caráter formal e não formal (ILHA SOLTEIRA, 2009, p. 01).

Verifica-se que a descrição apresentada é a mesma que encontra-se na PNEA (BRASIL,1999), em seu art. 2º. Além disso, não considerou no seu texto que a rede municipal de ensino de Ilha Solteira atende apenas a educação infantil e o ensino fundamental dos anos iniciais. Assim, nota-se que houve apenas uma transcrição do que preconiza a PNEA, sem mencionar as particularidades existentes no município e qual(is) nível(is) escolar(es) que se pretendia atender com a política municipal.

O documento cita em seu artigo 3º os fundamentos no qual a Lei municipal se alicerça, seguindo as diretrizes definidas pela Lei Estadual nº12.780, de 30 de novembro de 2007, em que institui a Política Estadual de Educação Ambiental, bem como a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que estabelece a PNEA, regulamentada pelo Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, considerada como obrigatória e principal fonte de embasamento para a elaboração de políticas estaduais ou municipais dos sistemas formais e não formais. Dessa forma, instituiu-se a Educação Ambiental na Rede municipal de ensino como tema transversal, no formato de projetos educativos:

Artigo 4º- Fica instituída a Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino, como uma prática educativa integrada de maneira transversal/interdisciplinar, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, na elaboração de projetos educativos, no planejamento de aulas e na análise do material didático (ILHA SOLTEIRA, 2009, p. 01).

Artigo 5º- Todas as unidades escolares do município estabelecerão em seu trabalho anual suficiente números de horas para as discussões e a programação das atividades de educação ambiental a serem realizadas pela própria escola e/ou pelos professores de cada disciplina (ILHA SOLTEIRA, 2009, p. 01).



Apesar das escolas serem responsabilizadas pela programação e elaboração dessas atividades, não é evidenciado no documento se os professores em atividade deveriam receber formação complementar, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento das orientações destacadas na Política Municipal e dos princípios da PNEA.

Assim como ressaltaram Lamosa e Loureiro (2011), a institucionalização e universalização da Educação Ambiental nas escolas não dependem somente da motivação dos professores e trabalhadores da educação. É necessário o apoio de políticas públicas e de recursos (financeiros e humanos) e, sem esses aspectos, não é possível garantir sua efetiva incorporação ao currículo e à gestão escolar.

Macedo (1998) sustenta a ideia de que para que os temas transversais funcionem como eixo integrador das diferentes áreas do currículo, e deste com a realidade social, seria necessário uma articulação entre as áreas e os temas transversais, estruturados na sistematização do conhecimento em cada área.

[...] a seleção e organização do conhecimento em cada área deveria ter por fundamento os temas transversais, defendidos pelo próprio documento como tendo uma importância inegável na formação dos jovens. O que parece transparecer dessas observações é que os PCN não embutem, em sua lógica, a centralidade que se afirma terem os temas transversais. Se os temas transversais expressam as temáticas relevantes para a formação do aluno, por que não são eles os princípios estruturadores do currículo? Por que não fazer deles o núcleo central da estruturação curricular e inserir 'transversalmente' as diferentes áreas do conhecimento? (MACEDO, 1998, p. 25).

Outro aspecto importante mencionado no artigo 6º, refere-se à descrição das atividades que deveriam ser desenvolvidas nos projetos vinculados à Política Municipal. Entretanto, não é mencionado em nenhum momento quais os objetivos e princípios básicos que norteariam essas atividades. Nele, são traçadas somente algumas orientações e linhas de atuação para além dos conteúdos teóricos em salas de aula, como por exemplo: “A observação direta da natureza, abordar problemas ambientais, pesquisa de campo e experimentações que possibilitem aos alunos adequadas condições para aplicação de conceitos” (ILHA SOLTEIRA, 2009, p. 01).

Verifica-se que as orientações mencionadas, estão superficialmente relacionadas com as linhas de atuação apresentadas no artigo 8º da PNEA, onde determina que as atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental “devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar por meio da capacitação de recursos humanos, desenvolvimento de estudos, pesquisas e

experimentações, produção e divulgação de material educativo, além do acompanhamento e avaliação” (BRASIL, 1999). Entretanto, nele são explicados de que maneira essas atividades deverão ser desenvolvidas, e na Política Municipal não há nenhum esclarecimento.

Para finalizar é apresentado o artigo 7º que define a origem dos recursos financeiros para o desenvolvimento da EA no município: “Artigo 7º- As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das verbas afetas ao poder executivo, suplementadas se necessário” (ILHA SOLTEIRA, 2009, p. 01).

Assim, considera-se um importante avanço que ações estão sendo pensadas por parte do município, em relação à implementação de diretrizes referentes à EA. Entretanto, identifica-se algumas fragilidades no documento, pois o mesmo se apresenta pouco esclarecedor no sentido de como os projetos e atividades deveriam ser desenvolvidos nas escolas, e quais apoios para a formação complementar dos professores envolvidos para garantir o fortalecimento da Educação Ambiental e sua efetiva inserção no município.

Frey (2000) diz ser necessário considerar os diversos contextos e atores políticos ao se pensar em todo processo de institucionalização de uma política pública. Mais ainda, o autor explicita que estes atores e contextos estão dinamicamente relacionados, e estas relações são permeadas por diversos interesses que, quando são divergentes podem levar a disputas de poder entre os diferentes atores. Por conta disso, “as disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados” (FREY, 2000, p.219).

Para Lipai, Layrargues e Pedro (2007), não basta haver consenso sobre a importância da PNEA no processo de elaboração das Políticas Municipais, como pode ser lido no parágrafo a seguir:

Mais que um instrumento voltado à construção de sociedades sustentáveis, sua apropriação crítica é uma forma de educação política e do exercício da cidadania. Seu conhecimento possibilita o diálogo entre os atores e instituições envolvidos com sua implementação e a mobilização pela ampliação de recursos, fortalecimento dos programas e, conseqüentemente, ampliação de sua efetividade (LIPAI; LAYRARGUES; PEDRO, 2007, p. 32).

Assim, ao retomarmos a reflexão sobre fundamentos e conceitos da Educação Ambiental não se deve estabelecer discussões em busca de um modelo padrão a ser seguido por todos os educadores. De acordo com Tozoni-Reis (2015), isso seria

reducionismo epistemológico e a negação do educar como processo dinâmico. É necessário definir as premissas que fundamentam uma tendência crítica que enfatiza a Educação Ambiental como uma visão diferenciada da e na educação e que, pela explicitação do contraditório, torna compreensível os diferentes modelos encontrados em projetos e programas formais, informais e não formais.

#### **4.4 Análise do edital de contratação dos professores para a disciplina de Educação Ambiental-Ilha Solteira-SP (2011)**

Apesar da realização do concurso para contratação de professores no ano de 2011, a Educação Ambiental foi desenvolvida nas escolas como projeto no período da tarde até 2012, com a mesma equipe de professoras e coordenadoras formada em 2009. Somente em julho de 2011 foi criada a Lei Complementar nº 237, que dispõe acerca da criação de cargos efetivos no quadro de funcionários na Prefeitura Municipal de Ilha Solteira-SP, dentre eles, vagas para professores de ciências e geografia.

Artigo 1º- Fica criado no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, especificamente no Anexo II da Lei Complementar nº. 080, de 03 de janeiro de 2005, a ser preenchidos por classificação em concurso público, os cargos relacionados no presente edital de provimento efetivo, na quantidade, denominação, carga horária, referência, padrão inicial, vencimentos, atribuições e requisitos” (ILHA SOLTEIRA, 2011, p. 01).

Dentre os vinte e um cargos ofertados no edital, quatro vagas foram destinadas aos atuais professores especialistas de educação ambiental nas escolas municipais, porém, esta informação não é especificada de forma clara no documento em análise.

De acordo com as informações elencadas na Tabela 4, observa-se que das quatro vagas ofertadas, duas foram reservadas aos profissionais habilitados na disciplina de ciências e as outras duas, designadas aos profissionais com habilitação em geografia.

Assim, conforme destacado no tópico das exigências atribuídas para a ocupação das vagas, entende-se que os contratados atuariam como professores de ciências e geografia nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio, uma vez que na denominação do cargo efetivo está especificado para PEB II- (Professor da Educação Básica II) e não para professores com habilitação para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

**Tabela 4.** Informações gerais sobre os cargos especificados no edital de contratação dos docentes que atualmente são responsáveis pela disciplina de Educação Ambiental no município de Ilha Solteira- SP.

Quantidade	Denominação Cargo Efetivo	Carga Horária Semanal	Vencimentos	Requisitos
02	Professor PEB II- Ciências	28 horas	R\$ 1.497,40	Curso Superior com Licenciatura Plena e Habilitação na disciplina
02	Professor PEB II- Geografia	28 horas	R\$ 1.497,40	Curso Superior com Licenciatura Plena e Habilitação na disciplina

Fonte: Adaptado de Ilha Solteira (2011).

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), (BRASIL, 1996) compreende-se que o Professor de Ensino Básico I (PEB I) é responsável pelo processo de alfabetização e ensino das ciências básicas para crianças na terceira infância, isto é, entre 5 e 10 anos. Normalmente para esta fase são contratados profissionais com magistério e graduação de licenciatura em Pedagogia, habilitados para trabalhar com crianças nesta fase de alfabetização. Enquanto que o Professor de Ensino Básico II (PEB II), é um profissional de ciências básicas (letras, história, geografia, biologia, química, física e matemática) com licenciatura e aptidão para ministrar aulas para os últimos anos do ensino básico, ou seja, do 6º ao 9ºano até o 3º ano do Ensino Médio.

Mello (2000) ao discutir a formação inicial de professores para a educação básica pontua algumas reflexões acerca dessa divisão entre o professor polivalente e o especialista por disciplinas. Entende-se que, compete aos professores polivalentes a incumbência de lecionar em todas as áreas de conhecimento nos anos iniciais do fundamental, determinadas pelo currículo, já desde a sua formação inicial. Nesse sentido, o Parecer CNE/CEB nº 16/99 (BRASIL, 1999b) estabelece que os profissionais polivalentes devem apresentar como atributo as seguintes competências:

O atributo de um profissional possuidor de competências que lhe permitam superar os limites de uma ocupação ou campo circunscrito de trabalho para transitar para outros campos ou ocupações da mesma área profissional ou de áreas afins [...] permite ao profissional transcender a fragmentação das tarefas e compreender o processo global de produção, possibilitando-lhe, inclusive, influir em sua transformação. (BRASIL, 1999b, p. 37).

De acordo com Mello (2000), justamente por seu caráter normativo, tais documentos, como a LDB, apresentam algumas brechas institucionais que oportunizam, de certo modo, uma liberdade para que os sistemas de ensino e as escolas definam seus conteúdos ou disciplinas específicas. Por essa razão, o autor pontua que, do ponto de vista legal, é provável a existência de professores especialistas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, até mesmo na educação infantil, como no caso da presente pesquisa, em que os professores com habilitação em ciências e geografia, atuam como especialistas em Educação Ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ainda, segundo o mesmo autor,

As diretrizes curriculares constantes da LDB e das normas que a regulamentam dão maior ênfase às competências do que às disciplinas, fato que abre amplas possibilidades de organização interdisciplinar, de definição de conteúdos transversalizados que não correspondem a disciplinas tradicionais, de realização de projetos de ensino. Esse paradigma novo vai romper com o modelo disciplinarista que repousa sobre a divisão das licenciaturas no ensino superior (MELLO, 2000, p. 100).

Embora o documento não evidencie que os professores contratados atuariam como especialistas em Educação Ambiental após serem contratados, ressalta-se uma breve observação em um dos tópicos que detalham as funções/atribuições do cargo de professor:

Ministrar aulas nas oficinas curriculares complementares, consideradas obrigatórias, compostas pelas atividades de experiências matemáticas, atividade de integração social e com o meio ambiente, nas escolas em tempo integral da rede municipal de ensino (ILHA SOLTEIRA, 2011, p. 15).

A partir desse trecho destacado no edital, subentende-se que a intenção na época da contratação dos docentes, era continuar desenvolvendo a EA em consonância com a Política Municipal de Educação Ambiental (Lei nº 1658, de 02 de setembro de 2009). Nessa perspectiva, pressupõe-se que o intuito era permanecer com as atividades inseridas no currículo de forma transversal, assim como dispõe a Lei que instituiu a EA na rede de ensino do município analisada anteriormente, por meio de projetos e oficinas curriculares complementares, que eram oferecidos somente para as escolas de tempo integral do município.

Outro aspecto importante foi a suspensão das atividades envolvendo a Educação Ambiental nas escolas de tempo integral no ano de 2013.

Coincidentemente, as atividades foram retiradas das oficinas curriculares exatamente um ano antes da contratação dos docentes selecionados no processo seletivo do edital em análise, e no mesmo ano em que a equipe de coordenação e supervisão que estava envolvida no processo de inserção da EA desde o seu princípio, foi afastada da secretaria municipal, por questões internas da Prefeitura de Ilha Solteira-SP.

Após esse período de atividades suspensas, a Educação Ambiental ressurgiu com a contratação dos professores no ano de 2014. Apesar do edital não exigir a habilitação para atuação em séries iniciais como requisito para a contratação dos professores, segundo dados obtidos em reuniões na Secretaria Municipal de Educação, os docentes receberam um curso de formação complementar envolvendo aspectos sobre a profissionalização da docência em séries iniciais intitulado “Ciclo de Orientações Técnicas: Discussões Pedagógicas Básicas para o Magistério dos anos iniciais”, no período de março a novembro de 2014, o qual foi ofertado pela própria Prefeitura.

Os professores especialistas já iniciaram suas atividades com a EA instituída como disciplina específica, inserida na parte diversificada da base comum das disciplinas, juntamente com as disciplinas de Artes e Inglês, constantes no Plano Municipal de Educação (2015). Entretanto, não há informações e nenhum documento complementar à Lei nº 1658, de 02 de setembro de 2009 que instituiu a Política Municipal de Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino da cidade, destacando que a EA seria instituída como disciplina específica nas três unidades escolares de Ensino Fundamental I, logo após a realização do concurso.

#### **4.5 Análise do Projeto Político Pedagógico das três unidades escolares em relação à Educação Ambiental**

De acordo com Tomazoni (2013), o Projeto Político Pedagógico (PPP) contribui para um momento de reflexão na comunidade escolar, bem como para comunicar os problemas, metas, ações, princípios e valores, coletivamente discutidos e assumidos pela comunidade escolar, no direcionamento do processo de ensino e aprendizagem.

Com o corpus composto por documentos de três escolas diferentes, foi realizada a correspondência de cada material com uma letra do alfabeto, que os identificará no decorrer do trabalho como Escola A, B e C.

Em geral, verificou-se que os PPP's estão bem estruturados, dialogam a respeito da organização educacional, dos conteúdos trabalhados, apresentam as tendências pedagógicas praticadas nas escolas e citam algumas práticas disciplinares desenvolvidas pelos professores, bem como suas metas e estratégias nos planos de ação.

Em relação aos princípios norteadores dos PPP, observa-se nos trechos a seguir, que todos documentos se baseiam nos pressupostos indicados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997) buscando a formação integral dos alunos que sejam capazes de uma postura crítica e transformadora:

- **Escola A:** *“Oferecer um ensino de qualidade, garantindo a participação ativa da comunidade escolar, contribuindo para a formação integral do aluno para que ele possa agir construtivamente na transformação do seu meio.”*
- **Escola B:** *“Nossa proposta promove a educação como processo contínuo de transmissão, construção e desenvolvimento de conhecimentos, culturas e valores, ao considerar que, apesar de todo o aparato que envolve a ação educativa, é nas relações humanas que reside a essência da formação dos indivíduos.”*
- **Escola C:** *“Temos como propósito, fortalecer nos mesmos a postura humana e os valores aprendidos, tais como: a criticidade, a sensibilidade, a contestação social, a criatividade diante das situações difíceis e a esperança.”*

Em relação aos princípios norteadores dos PPP, observa-se nos trechos a seguir, que todos documentos se baseiam nos pressupostos indicados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997) buscando a formação integral dos alunos que sejam capazes de uma postura crítica e transformadora:

- **Escola A:** *“Oferecer um ensino de qualidade, garantindo a participação ativa da comunidade escolar, contribuindo para a formação integral do aluno para que ele possa agir construtivamente na transformação do seu meio.”*

- **Escola B:** *“Nossa proposta promove a educação como processo contínuo de transmissão, construção e desenvolvimento de conhecimentos, culturas e valores, ao considerar que, apesar de todo o aparato que envolve a ação educativa, é nas relações humanas que reside a essência da formação dos indivíduos.”*
- **Escola C:** *“Temos como propósito, fortalecer nos mesmos a postura humana e os valores aprendidos, tais como: a criticidade, a sensibilidade, a contestação social, a criatividade diante das situações difíceis e a esperança.”*

Embora nenhum PPP tenha realizado uma referência direta à Educação Ambiental em seus discursos iniciais, observa-se forte influência da concepção de Educação Ambiental crítica nos três trechos destacados anteriormente, tais como as seguintes expressões: “ação na transformação do meio, criticidade, contestação social, sensibilização, construção de valores e relações humanas.” (ILHA SOLTEIRA, 2015, p. 02).

Quanto aos objetivos do PPP, percebe-se também que se baseiam nos pressupostos indicados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), buscando a formação de alunos que sejam capazes de:

- **Escola A:** *“Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais.”*
- **Escola A:** *“Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interpretações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente.”*
- **Escola B:** *“Questionar a realidade, formulando problemas e buscando alternativas de solução, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.”*



Mesmo a Educação Ambiental fazendo parte da base comum das disciplinas nas três escolas, a Escola A não menciona a disciplina em sua matriz curricular, enquanto que nas escolas B e C, se apresentam em conformidade com o Plano Municipal de Educação. Nesse caso, a Educação Ambiental é citada como “parte diversificada” nas áreas de conhecimento do componente curricular, com carga horária 5h/semanais. Estas informações podem ser observadas nas Figuras 4, 5 e 6.

**Figura 5.** Organização da Matriz Curricular da Escola A.

DISCIPLINAS		1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Base comum	Língua Portuguesa	10	10	10	8	8
	Matemática	8	8	8	8	8
	Ciências	2	2	2	3	3
	História/Geografia	2	2	2	3	3
	Educação física	1	1	1	1	1
	Artes	1	1	1	1	1

Fonte: Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola A.

**Figura 6.** Organização da Matriz Curricular da Escola B.

1º ao 5º ano ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL - 2017							
Leis 9.394/96-LDB - Lei 11.114/05 - Resolução CNE-CEB 02/98 - Lei Complementar Municipal 234/11	Base Comum	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORARIA SEMANAL				
		Áreas do Conhecimento	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
		Língua Portuguesa	10	10	10	8	8
Matemática	8	8	8	8	8		
Ciências	1	1	1	2	2		
História	2	2	2	2	2		
Geografia	1	1	1	2	2		
Arte	1	1	1	1	1		
Educação Física	1	1	1	1	1		
Parte Diversificada	Educação Ambiental	1	1	1	1	1	
		25	25	25	25	25	
Enriquecimento Curricular	Música	2	2	2	2	2	
	Dança	2	2	2	2	2	
	Iniciação Esportiva				2	2	
	AED - Atividade Esportiva Diferenciada	2	2	2			
	Atividade Lúdica/Pedagógica	2	2	2			
	Natação/Capoeira				2	2	
		8	8	8	8	8	
		33	33	33	33	33	

Fonte: Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola B.

**Figura 7.** Organização da Matriz Curricular da Escola C.

	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORARIA SEMANAL					
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	
Lei 9.394/96-LDB - Lei 11.114/05 - Resolução CNE-CEB 02/98 - Lei Complementar Municipal 234/11	Áreas do Conhecimento						
	Base Comum	Língua Portuguesa	10	10	10	8	8
		Matemática	8	8	8	8	8
		Ciências	2	2	2	3	3
		História / Geografia	2	2	2	3	3
		Arte	1	1	1	1	1
		Educação Física	1	1	1	1	1
	Parte Diversificada	Educação Ambiental	1	1	1	1	1
			25	25	25	25	25
	Enriquecimento Curricular	Música	2	2	2	2	2
		Dança	2	2	2	2	2
Arte Urbana		2	2	2			
AED - Atividade Esportiva Diferenciada		2	2	2			
Iniciação Esportiva					2	2	
Natação/Capoeira					2	2	
		8	8	8	8	8	
		33	33	33	33	33	

Fonte: Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola C.

Foi possível verificar nos três documentos, que não é citado em nenhum momento as atividades desenvolvidas relacionadas à temática ambiental. Contudo observou-se em alguns trechos que o professor tem a liberdade de escolher temas e trabalhá-lo dentro dos conteúdos estabelecidos para as diferentes áreas do conhecimento. Ainda, como pode ser observado no trecho a seguir, apesar de mencionarem de forma subjetiva a interdisciplinaridade, em nenhum momento evidenciam no documento a articulação da Educação Ambiental com as demais disciplinas. Há somente uma ressalva no PPP da Escola A, destacando que um dos seus princípios na organização curricular é “*perceber e construir o conhecimento a partir da integração dos diversos saberes.*”

Outro momento em que a educação ambiental é citada de maneira superficial nos documentos, é no tópico de plano de ação das unidades escolares A e B. Na Escola A, aparece como uma das dificuldades, a necessidade de infra estrutura, com a sugestão de “*construção de novas salas aulas com número suficiente que atenda o número de alunos da unidade, além de espaços para se desenvolver laboratórios de arte, matemática e **educação ambiental.***” Na Escola B, aparece como uma das metas, a *construção de um reservatório e meios de captar água da chuva e do ar*

*condicionado para contribuir com o meio ambiente.”* Já na Escola C, mesmo encontrando pequenas evidências da concepção de EA crítica no documento, ressaltando em suas propostas o *“compromisso com as condições de desenvolvimento humano, social e ambiental de todos atores envolvidos no espaço”*. Observa-se pela análise realizada que são desenvolvidas apenas ações pontuais em datas comemorativas, dentro da organização dos conteúdos e da rotina escolar, que remetem ao cuidado com a natureza e a separação e reciclagem do lixo, como atividades na *“Semana do meio ambiente, palestras e elaboração de desenhos pelos alunos”*.

Assim, como mencionado por Loureiro et al (2009),

A escola enquanto instituição social que, historicamente, tem se comprometido com a formação das crianças e jovens das sociedades modernas, formação esta que não é neutra, concentra-se na transmissão do saber elaborado pela cultura. Os conteúdos escolares - enquanto conjunto de conhecimentos, ideias, conceitos, valores, símbolos, habilidades, hábitos, procedimentos e atitudes - ensinados aos alunos, são entendidos como fundamentais para que compreendam a realidade à sua volta de forma autônoma e emancipada, de forma a garantir que realizem uma prática social transformadora (LOUREIRO et al., 2009).

Loureiro (2003) destaca que a Educação Ambiental transformadora não se restringe à interpretação, informação e conhecimento da realidade, mas visa *“compreender e teorizar na atividade humana ampliar a consciência e revolucionar a totalidade que constituímos e pela qual somos constituídos”* (LOUREIRO, 2003, p. 44).

Sendo assim, a Educação Ambiental Crítica enfatiza que, a transformação da sociedade é causa e consequência da transformação de cada indivíduo, propiciando uma mútua mudança entre indivíduo e sociedade. Portanto:

[...] não basta mais construir teorias abstratas sob bases idealizadas, que despejam uma enormidade de informações desconexas e atomizadas e que não favorecem a intervenção qualificada dos agentes sociais, mas apenas a proliferação de queixas individuais sobre o estado de miséria, sem efeitos públicos (BAUMAN, 2000 apud LOUREIRO, 2003, p. 44).

Considerando os autores supracitados, evidencia-se que não basta apenas a Educação Ambiental estar inserida nos documentos oficiais da escola, ela deve estar vinculada às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura dos povos que vivem no meio em que se estuda. Precisa-se encontrar um lugar apropriado para a Educação Ambiental dentro do projeto educativo das escolas, tendo claro qual o seu

papel na reconstrução do sistema de relações entre as pessoas, a sociedade e o ambiente natural (SAUVÉ, 2002).

Em relação a análise do Projeto Político Pedagógico das escolas selecionadas, apenas a Escola A traz uma breve concepção sobre a Educação Ambiental. Mesmo com a disciplina de Educação Ambiental presente na grade curricular, as questões ambientais aparecem desvinculadas do Projeto Político Pedagógico, tendo apenas sutil presença em interações dialógicas, como lembrete aos alunos da necessidade de preservação da natureza.

Com base nos fundamentos teóricos adotados para esta pesquisa, considerando a concepção de Educação Ambiental crítica ao analisar os documentos, e também ao confrontar o discurso da coordenadora pedagógica, apesar de materiais distintos, pode-se concluir que superficializam o papel da Educação Ambiental limitando-se a fornecer informações biológicas e físicas sobre meio ambiente, com ênfase às utilidades dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico. Considera-se que tais temas são importantes e até imprescindíveis na lista de assuntos, entretanto, a maneira como esses conceitos estão sistematizados, sem a consideração dos aspectos políticos, sociais e valores humanos, é considerada simplista e insuficiente para uma formação ambiental na perspectiva da totalidade.

Lipai, Layrargues e Pedro (2007) destacam que operacionalizar a Educação Ambiental incorporando-a ao projeto político-pedagógico e adequando-a à realidade local da comunidade escolar, é um dilema que infelizmente a PNEA não resolve, mas a partir de seus princípios e objetivos é possível extrair algumas diretrizes comuns, como

[...] a visão da complexidade da questão ambiental, as interações entre ambiente, cultura e sociedade, o caráter crítico, político, interdisciplinar, contínuo e permanente. E além dessas diretrizes comuns, existem aspectos da educação e da dimensão ambientais que podem ser desenvolvidos em cada nível e modalidade da educação formal (LIPAI; LAYRARGUES; PEDRO 2007, p. 30).

Tudo leva a crer que a Educação Ambiental só apresentará resultados coerentes se implementar em seu fazer cotidiano a completa contextualização da complexidade ambiental. Para isso, corroborando com Tozoni-Reis (2015), é imprescindível o envolvimento das dimensões social, econômica, política, ideológica, cultural e ecológica do problema ambiental, em suas conexões territoriais e geopolíticas, provocando não apenas as transformações culturais que possam

conduzir à uma ética ambiental, mas também em mudanças sociais necessárias para a construção de uma sociedade ecologicamente responsável e socialmente justa, incentivando não apenas ação individual e comportamentalista, mas também a ação coletiva na esfera pública.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou esclarecer uma série de questões a respeito da inserção da Educação Ambiental na rede municipal de ensino da cidade de Ilha Solteira-SP, especialmente no Ensino Fundamental I. Por meio dos dados obtidos pelos documentos disponibilizados pela própria Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, narrativas da entrevista com uma das responsáveis por esse processo e com o auxílio da literatura especializada, percebe-se mais claramente que embora a Educação Ambiental tenha sido pensada, em um momento inicial, como uma espécie de enriquecimento curricular nas escolas de Tempo Integral, com o passar do tempo foi sendo dado a ela um formato eminentemente disciplinar, ou até mesmo político, afim de assegurar sua permanência nas escolas, por meio de um espaço curricular específico.

Entretanto, apesar da implementação da EA enquanto disciplina nos anos iniciais do Ensino Fundamental ser considerada bem sucedida pelos envolvidos no processo de inserção da EA na escola, ainda necessita de muito amparo e apoio por parte dos próprios sujeitos/Prefeitura Municipal que decidiram implementá-la como disciplina. Esse fato denuncia duas questões: há indícios de que o processo de elaboração e estruturação do projeto que resultou na constituição da referida disciplina escolar tenha sofrido influências políticas na época de sua implementação.

Os próprios documentos trouxeram indicadores que permitiram inferir que em um primeiro momento havia uma preocupação pedagógica e curricular na inserção da EA, enquanto temática transversal no formato de projeto nas escolas de tempo integral. Porém, depois de já inserida nas escolas de ensino fundamental I, a partir do momento em que a cidade passou a pleitear o selo do município verde azul, considera-se que esse propósito inicial foi descaracterizado, não permanecendo o comprometimento inicial. Assim, até virar uma disciplina não houve uma intenção pedagógica e educacional, há indícios que o espaço permanente era para manter o selo do Programa Município Verde Azul.

Outra questão a ser destacada é que o município não estava preparado para receber o projeto já consolidado como disciplina, uma vez que, de acordo com a entrevistada, os próprios membros da equipe que participaram dessa trajetória, não se consideravam preparados para assumir essa responsabilidade, além disso, não

havia profissionais considerados habilitados para atuar nas turmas nas quais a disciplina escolar foi implementada.

Considerando o aspecto político, uma dimensão importante dentro da própria perspectiva crítica da Educação Ambiental, acredita-se que, inicialmente este estudo possuía uma relação de similaridade com outras questões que envolvem a inserção da EA no currículo, por preconizarem documentos como os PCN, LDB, até a própria Política Nacional de Educação Ambiental. Entretanto, com o transcorrer dos fatos, a dimensão adotada junto dessa dimensão educacional foi mais política do que educacional, de acordo com as entrevistas e com os próprios documentos que apresentam alguns dados contraditórios como visto nas análises anteriores.

Não há dúvida de que é um grande passo propor a inserção da dimensão ambiental no município, porém é evidente a ausência de estratégias e planos de ações coletivas junto da comunidade escolar, que possam contribuir com uma rede de saberes necessários para o enfrentamento da complexidade que a Educação Ambiental exige enquanto tema transversal.

Portanto, para pensar a inserção da dimensão ambiental na escola é fundamental considerar estas três esferas: “a organização e o funcionamento das escolas; o currículo, com suas metodologias e práticas de ensino desenvolvidas pelo professor; e as estratégias para a formação inicial e continuada de professores(as) para a atuação na área” (FRACALANZA, 2004).

Diante dessa complexidade referente à inserção da EA como atividade secundária nas escolas do município sem a participação da equipe escolar, leva a concluir que são urgentes e necessárias providências para garantir que a legislação que prevê o dever do Estado com a inserção da EA nas escolas de educação básica se concretize. Por um lado, assim como ressalta Tozoni-reis (2015), é necessário políticas públicas mais eficazes de inserção da EA no currículo escolar e, por outro lado, de estudos e pesquisas acerca da Educação Ambiental no contexto escolar que empreendam esforços na compreensão dos elementos necessários a superação dessa fragilidade.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, E. P.; TOURINHO, M. A. de C. Discussões metodológicas: A Perspectiva Qualitativa na Pesquisa sobre ensino/aprendizagem em história. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anpuh, 2011. v. 2, p. 1 - 16. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300932800\\_ARQUIVO\\_SIMPOSIONACIONALDEHISTORIA.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300932800_ARQUIVO_SIMPOSIONACIONALDEHISTORIA.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**: edição revista e ampliada. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p.
- BARBOSA, L. C. Políticas públicas de Educação Ambiental numa sociedade de risco: Tendências e Desafios no Brasil. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: Anppas, 2008. v. 4, p. 1 - 21. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao11.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2017.
- BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of national curriculum policy: an overview of the issues. **J. Curriculum Studies**, *Local*, v. 24, n. 2, p. 97-115, mar./apr., 1992.
- BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (Org.). **Caminhos para análise das políticas de saúde**. [S. l.: s. n.], 2011. p. 138-172. Disponível em: <[www.ims.uerj.br/pesquisa/ccaps](http://www.ims.uerj.br/pesquisa/ccaps)>. Acesso em: 05 out. 2017.
- BERNARDES, M. B. J.; PRIETO, É. C. Educação ambiental: disciplina versus tema transversal. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Poto Alegre, v. 24, p. 176-178, jan/jul. 2010. Disponível em: Acesso em: 12 jan. 2013.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: meio ambiente e saúde. Brasília, DF, 1997.
- \_\_\_\_\_. The Nature Conservance. **ICMS Ecológico**. 2016. Disponível em: <<http://www.icmsecologico.org.br/site/>>. Acesso em: 04 out. 2017.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Educação ambiental legal**. Brasília, DF, 2002.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. PCNs: Apresentação dos temas Transversais e Ética: MEC/ SEF. Brasília,DF, 1997.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996.
- \_\_\_\_\_. Lei 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 28 abr. 1999. Brasília, DF, 1999a.



\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer n.6/1999, de 5 de outubro de 1999. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1999b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola.** Brasília, DF, 2001. 426 p.

BARBOSA, L. C. Políticas públicas de educação ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2008, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Anppas, 2008. v. 4, p. 1 - 21. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao11.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BATISTA, M. S. S. **Políticas públicas de educação ambiental: a gestão do programa municipal de educação ambiental de Mossoró/RN.** 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M., CARVALHO, I. C. M. (Org). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios.** Porto Alegre: Artmed; 2005. p. 51-63.

FARIAS, Carmen Roselaine. **A produção da política curricular nacional para a educação superior diante do acontecimento ambiental: problematizações e desafios.** 2008. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, 2008.

FRACALANZA, H. As pesquisas sobre educação ambiental no Brasil e as escolas: alguns comentários preliminares. In: TAGLIEBER, J. E.; GUERRA, A. F. S. (Org.) **Pesquisa em educação ambiental: pensamentos e reflexões; I Colóquio de Pesquisadores em Educação Ambiental.** Pelotas: Ed. Universitária, UFPel, 2004. p. 55-77.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 211- 259, jun./ 2000.

FIGUEIREDO, P. B. **Formação e atuação de professores em Educação Ambiental.** 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Para a Ciência, Faculdade de Ciências, Unesp – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2014.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais.** Campinas: Papyrus, 2004.

\_\_\_\_\_. Por uma Educação Ambiental Crítica na sociedade. **Revista Margens Interdisciplinar**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 9, p.11-22, nov. 2013. Disponível em:<[periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/viewFile/2767/2898](http://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/viewFile/2767/2898)>. Acesso em: 07 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE Cidades-São Paulo.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=352044>>. Acesso em: 2 set. 2017.

ILHA SOLTEIRA. **Lei nº 1658, de 02 de setembro de 2009.** Institui a Política Municipal de Educação Ambiental. Ilha Solteira, 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 237, de junho de 2011.** Dispõe Acerca da criação de cargos efetivos no quadro de funcionários na Prefeitura Municipal de Ilha Solteira-SP. Ilha Solteira, 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano Municipal de Educação.** 3. ed. Ilha Solteira, 2015. 73 p.

JANKE, N. **Políticas públicas de educação ambiental: contradições e disputas.** 2012. 231 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Bauru, 2012.

LAMOSA, R. A. C.; LOUREIRO, C. F. B.. A educação ambiental e as políticas educacionais: um estudo nas escolas públicas de Teresópolis (RJ). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 279-292, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n2/v37n2a05.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

LIPAI, E. M.; LAYRARGUES, P.P.; PEDRO, V. V. Educação ambiental na escola: tá na lei. In: MELLO, S.; TRAJBER, R. (Orgs.) **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental.** Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2007. p. 23-34.

LOUREIRO, C.F.B. (Org). **Cidadania e meio ambiente** Salvador: Centro de Recursos Ambientais da Bahia, 2003.

\_\_\_\_\_. C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 180 p.

\_\_\_\_\_. C. F. B. Educação Ambiental crítica: contribuições e desafios. In: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (coord.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola.** Brasília, Df: Ministério da Educação e da Cultura, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. p. 65-71.

LOUREIRO, C. F. B.; LIMA, J. G. S. Educação ambiental e educação científica na perspectiva Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS): pilares para uma educação crítica. **Acta Scientiae**, [S. I.], v. 11, n. 1, jan./jun. 2009.

LOCATELLI, O. C., HENDGES, C. D. A. Educação Ambiental na perspectiva de um currículo interdisciplinar. **Cadernos do CEOM**, [S. I.], v. 21, n. 29, p. 231-242, 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E.P.U., 2012.

MACEDO, E. F. Os Temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Química Nova na Escola**, [S. I.], n. 8, p. 23-27, 1998.

MALHEIROS, B. T. **Metodologia da pesquisa em educação.** Rio de Janeiro: LTC, 2011. MARCATO, C. **Educação Ambiental: conceitos e princípios.** Belo Horizonte: Feam - Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais, 2002. 64 f. Disponível em: <[http://www.feam.br/images/stories/arquivos/Educacao\\_Ambiental\\_Conceitos\\_Principios.pdf](http://www.feam.br/images/stories/arquivos/Educacao_Ambiental_Conceitos_Principios.pdf)>. Acesso em: 6 nov. 2017.

MELLO, G. N. Formação inicial de professores para a Educação Básica uma (re)visão radical. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p.98110, mar. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9807.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

MORAES, J. L. (Org.). **Memorial de Ilha Solteira**. 2012. UEB Comunicação. Disponível em: <<http://www.memorialdosmunicipios.com.br/listaprod/memorial/historicocategoria>, 278. Acesso em: 12 ago. 2017.

NOBREGA, P. F. **Prefeitura de Ilha Solteira**. Disponível em: <<http://www.ilhasolteira.sp.gov.br/>>. Acesso em: 13 set. 2017.

NERY-SILVA, A. C. **Educação ambiental e políticas públicas nas dissertações e teses de educação ambiental no Brasil**: análise dos processos de elaboração e implementação. 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2015.

OLIVEIRA, H. T. Educação ambiental ser ou não ser uma disciplina: essa é a principal questão?! In: MELLO, S.; TRAJBER, R. (Org.) **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental. Brasília: MEC/UNESCO, 2007. p. 103-115.

OLIVEIRA, H. T. Ponto de partida: nebulosas à vista! In: MELLO, S. S, TRAJBER, R. (orgs.) **Vamos cuidar do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação; 2007.

OLIVEIRA, C. S.; FERREIRA, M. S. Educação Ambiental na escola: diálogos com as disciplinas escolares Ciências e Biologia. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 4., 2007, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: [s. n.], 2007. p. 1-15, 2007.

PERES, R. S.; SANTOS, M. A. Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em Psicologia. **Interações**, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 109-126, jul./dez. 2005.

ROSSI, S. Q, LEAL, M. C. Entre projetos, disciplinas e outras modalidades: algumas reflexões em Educação Ambiental. In: ENPEC, 12., [S. l.]. **Anais...** [S. l.: s. n.], 2012.

SANTANA, L. C. Educação ambiental: de sua necessidade e possibilidades. In: INTERNATIONAL WORKSHOP ON PROJECT BASED, 2005, Guaratinguetá. **Anais...** Guaratinguetá: PBLTech, 2005, p.1-14.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **O Programa Município Verde Azul**. 2015. Disponível em: :<<http://www.ambiente.sp.gov.br/municipioverdeazul/o-projeto/>>. Acesso em: 22 set. 2017.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, 2005.

SANTOS, A. V. F. **Investigando a disciplina escolar Educação Ambiental em Armação dos Búzios, RJ**: entre histórias e políticas de currículo. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.fe.ufrj.br/ppge/en/dissertacoes/dissertacao\\_andre\\_vitor\\_fernades\\_dos\\_santos.pdf](http://www.fe.ufrj.br/ppge/en/dissertacoes/dissertacao_andre_vitor_fernades_dos_santos.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2017.

SANTOS, A. G.; SANTOS, C. A.P. A inserção da Educação Ambiental no currículo escolar. **Revista Monografias Ambientais - Remoa**, Santa Maria, v. 15, n. 1, p.369-380, abr. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Microsoft Windows/Downloads/19893-101202-1-PB (6).pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.

SÁVIO, F. **Ilha Solteira um sonho, uma história**. São Paulo: THS Editora, 2011. Disponível em: <http://www.memorialdosmunicipios.com.br/listaprod/memorial/historicocategoria,278,H.html>. Acesso em: 14 fev. 2018.

SERAFIM, M. P.; DIAS, R. B. Análise de política: uma revisão da literatura. **Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social**, v. 3, n. 1, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Microsoft%20Windows/Downloads/213-845-2-PB.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.

SIMONATO, D. C. **Questões ambientais, socioeconômicas e histórias de vida de assentados/as rurais do assentamento Estrela da Ilha no município de Ilha Solteira - SP**. 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2013.

TRAJBER, R; MENDONÇA, P. R. (Org.) **Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p.11-16 .

TREIN, E. S. Educação ambiental crítica: crítica de que? **Revista Contemporânea de Educação**, [S. l.], v. 7, n. 14, ago-dez. 2012.

TOZONI-REIS, M.F.C. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 2004.

TOZONI-REIS, M. F. C. Fundamentos teóricos para uma pedagogia crítica da educação ambiental: algumas contribuições. In: REUNIÃO ANUAL DAA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30., Caxambu. **Anais...** [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: [em:http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT223311—Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT223311—Int.pdf). Acesso em: 12 out. 2017.

TOZONI-REIS, M.F.C.; CAMPOS, L.M.L. Educação ambiental escolar, formação humana e formação de professores: articulações necessárias. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 5, n. 3, p.145-162, mar. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010440602014000700010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602014000700010)>. Acesso em: 21 set. 2017.

TOZONI-REIS, M.F.C.; CAMPOS, L.M.L.. A Formação de Professores para a Educação Ambiental Escolar. **Comunicações**, Piracicaba, v. 22, n. 2, p.13-33, 30 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacao>>. Acesso em: 21 set. 2017.

TOMAZONI, J. L. G. **O Projeto Político Pedagógico contribui para um momento de reflexão na comunidade escolar, bem como para comunicar os problemas, metas, ações, princípios e valores, coletivamente d**. 2013. 44 f. Monografia (Especialização em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Três Passos, 2013. Disponível em: <[http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/829/Tomazoni\\_Jucemara\\_Luciana\\_Ga ndini.pdf?sequence=1](http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/829/Tomazoni_Jucemara_Luciana_Ga ndini.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 13 out. 2017.

**ANEXO A - Critérios de avaliação do Programa Município VerdeAzul em relação à Diretiva Educação Ambiental**

Notas		EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA)- Critérios Aplicados para Avaliação		
<b>ID</b>	10	3	1	Lei municipal regulamentada que institui a Educação Ambiental, de forma transversal, nas escolas públicas municipais (EA1)
			2	Diretrizes Pedagógicas sob orientação da Secretaria Municipal e ou Conselho Municipal de Educação, abordando como a Educação Ambiental será inserida nas escolas. (EA2)
		2	Programa Municipal de Educação Ambiental formal e não formal (próprio ou em parceria), de âmbito municipal ou regional (EA3)	
		3	Descrição e comprovação de ações de Educação Ambiental abordando pelo menos 3 (três) diretivas, mediante envio de relatórios contendo nome do evento, registros fotográficos (no máximo 3 fotos por evento), entre outros (EA4)	
		1	Criação de Centro ou Espaço de Educação Ambiental Municipal, relatando: localização, horários de funcionamento, material disponível para consulta e empréstimo e programação das atividades desenvolvidas no Centro (EA5)	
		1	Apresentar solicitação do Prefeito ao presidente do Conselho Municipal de Educação para que a Educação Ambiental seja abordada entre as reuniões ordinárias (EA6)	
<b>PRÓ</b>	2	1	Será atribuída nota aos municípios que realizarem capacitação de dirigentes e professores municipais, com conteúdo em Educação Ambiental: cursos, conferências, congressos, palestras, etc..Direcionada a pelo menos 50% dos professores da rede municipal, baseado no Censo Escolar 2011. A comprovação deve ser feita por meio de lista de presença ou certificado de participação. (EA7)	
		1	Desenvolvimento de ações de Educação Ambiental intermunicipal ou regional, envolvendo por exemplo: a rede de ensino, grupos da terceira idade, agricultores, comerciantes e etc. (EA8)	

Fonte: Adaptado de São Paulo (2012)

## ANEXO B - Autorização da pesquisa pela Secretaria Municipal da Educação de Ilha Solteira-SP



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira**  
Estado de São Paulo

### DECLARAÇÃO

DECLARO que tenho CIÊNCIA E AUTORIZO, o desenvolvimento da pesquisa intitulada “**Concepções e práticas pedagógicas de Educação Ambiental no Ensino Fundamental I (Ilha Solteira – SP)**” a ser conduzida pela pós-graduanda Thayline Vieira Queiroz, matriculada no Curso de Pós Graduação Interunidades em Ensino e Processos Formativos (UNESP) orientada pela Profa. Dra. Carolina Buso Dornfeld (Depto de Biologia e Zootecnia – UNESP – Câmpus de Ilha Solteira).

Sem mais para o momento, reitero votos de estima e consideração.

Ilha Solteira, 17 de fevereiro de 2017

  
NATHALIA REGINA GASPERELLI HERRERO  
RG 32.639.871-5  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

Praça dos Paiaguás, 86 / Fone (18) 3743-6000 / Fax (18) 3743-1755 / CEP 15.385.000 / Ilha Solteira-SP

## ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as professoras e coordenadoras

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: “Concepções e práticas pedagógicas de educação ambiental no ensino fundamental I (Ilha Solteira, SP)”

Nome do (a) Pesquisador (a): Thayline Vieira Queiroz Nome do (a) Orientador (a): Carolina Buso Dornfeld

1. **Natureza da pesquisa:** *o sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade analisar e compreender o histórico da Educação Ambiental no município de Ilha Solteira-SP, que iniciou-se a cerca de 5 anos, buscando a reflexão sobre a relação entre a formação dos professores e suas práticas, afim de identificar e analisar como a EA proposta nas escolas de Ensino Fundamental I do município se articula com as percepções e expectativas dos docentes responsáveis pela temática.*
2. **Participantes da pesquisa:** *O estudo será realizado com três professoras especialistas que trabalham com educação ambiental nas escolas públicas de Ensino Fundamental I no município de Ilha Solteira-SP, bem como Coordenadora Pedagógica, Secretaria de Educação do Município e 3 articuladoras que fizeram parte da implantação da EA no município.*
3. **Envolvimento na pesquisa:** *ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que o (a) pesquisador (a) tenha acesso à informações importantes que podem contribuir positivamente em seus resultados, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa colaborar para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.*  
*Sobre as entrevistas: A entrevista terá duração média de 1(uma) hora, será gravada e transcrita. Serão realizadas a partir de um roteiro planejado, as questões de interesse do roteiro, se apoiarão na proposta de caracterização da formação inicial e continuada, atuação em suas práticas pedagógicas e suas concepções sobre a educação ambiental. Pretende-se realizar reuniões que serão organizadas com a colaboração da Secretaria Municipal de Educação e das direções das escolas, se possível, utilizar o tempo destinado para atividades pedagógicas previstas na carga horária do professor, afim de proporcionar maior conforto e segurança a sra (sr.)*
4. **Riscos e desconforto:** *a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Entretanto, a sra (sr.) precisará despende tempo para responder ao questionário e/ou poderá se sentir desconfortável com algum questionamento. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 510/16; do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.*
5. **Confidencialidade:** *todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e o (a) orientador (a) terão conhecimento dos dados.*
6. **Benefícios:** *ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir à consolidação de uma educação ambiental escolar que seja crítica, transformadora e emancipatória, já que a inclusão da disciplina de EA no município é, ainda, muito recente, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.*
7. **Pagamento:** *a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.*

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

### **Consentimento Livre e Esclarecido**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Nome do Participante da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Orientador

**Pesquisador:** THAYLINE VIEIRA QUEIROZ (18) 3742-5063/ (18) 981-827119

**Orientador:** CAROLINA BUSO DORNFELD (18) 3743-1277

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa: Profa. Dra. Edna Maria do Carmo Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Dra. Andreia C. S. Wiezzel.

Telefone do Comitê: 3229-5388 ramal 5466 – 3229-5365 ramal 202 E-mail

[cep@fct.unesp.br](mailto:cep@fct.unesp.br)



**ANEXO D – Parecer Consubstanciado do CEP- Aprovação do Comitê de Ética pela Faculdade de Ciências e Tecnologia do Campus de Presidente Prudente-SP**

UNESP - FACULDADE DE  
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO  
CAMPUS DE PRESIDENTE



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I (ILHA SOLTEIRA, SP)

**Pesquisador:** THAYLINE VIEIRA QUEIROZ

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 65892717.9.0000.5402

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO MESQUITA FILHO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.166.368

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PRESIDENTE PRUDENTE, 10 de Julho de 2017

---

**Assinado por:**  
**Andreia Cristiane Silva Wiezzel**  
**(Coordenador)**

Fonte: UNESP (2017)

**ANEXO E – Lei Complementar Nº 234 de 27 de maio de 2011, que dispõe sobre a criação da escola de tempo integral no município de Ilha Solteira-SP**



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira

ESTADO DE SÃO PAULO

**Ilha Solteira**  
nossa energia, nossa força

**LEI COMPLEMENTAR Nº 234, DE 27 DE MAIO DE 2011**

*“Dispõe sobre a criação da Escola em Tempo Integral em consonância com o disposto no art. 34 e no § 5º, do art. 87, da Lei Federal Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 e § 4º do art. 23 da Lei Municipal Nº 591 de 11 de junho de 1999.”*

**DR. EDSON GOMES**, Prefeito Municipal de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

**Artigo 1º** - Fica criado no Sistema Municipal de Ensino, especificamente nas séries iniciais do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, o regime de Escola em Tempo Integral, objetivando prolongar a permanência dos alunos na escola pública municipal de Ilha Solteira, educando-os para o pleno exercício da cidadania, formando-os e orientando-os para a vida.

**Artigo 2º** - A Escola em Tempo Integral tem como objetivos:

I - promover a permanência do educando na escola, ampliando as possibilidades de aprendizagem, com um currículo diversificado, explorando situações que favoreçam o aprimoramento pessoal;

II - proporcionar aos alunos, alternativas de ações, no campo social, cultural, esportivo e tecnológico, com experiências educativas que possibilitem um desenvolvimento integral, considerando os aspectos cognitivos, motor, social, emocional e cultural;

III - incentivar a participação da comunidade no processo educacional, implementando a construção da cidadania;

IV - reforçar a escola como um espaço de socialização, onde o aluno possa experimentar uma vivência coletiva e formular uma concepção do mundo, da sociedade e do homem;

V - vincular as atividades pedagógicas às rotinas diárias de alimentação, higiene e recreação.

**Artigo 3º** - A Escola em Tempo Integral funcionará, obrigatoriamente, nos turnos da manhã e da tarde, tendo sua organização curricular diversificada, com uma jornada mínima de 8 (oito) horas diárias e carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

**Artigo 4º** - A organização curricular da Escola em Tempo Integral inclui o currículo básico do ensino fundamental e ações curriculares direcionadas para:

I - orientação de estudos;

II - atividades artísticas e culturais;

III - atividades desportivas;

IV - atividades de integração social e com o meio ambiente.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira

ESTADO DE SÃO PAULO

**Ilha Solteira**  
nossa energia, nossa força

**Artigo 5º** - A matriz curricular para os anos iniciais do 1º ao 5º ano, do Ensino fundamental, será assim distribuída:

I - 25 aulas semanais, destinadas ao currículo básico;

II - 15 aulas semanais, destinadas ao desenvolvimento de Oficinas Curriculares, complementares consideradas obrigatórias, compostas pelas: atividades de reforço escolares, atividades de leituras, atividades de experiências matemáticas, atividades culturais e artísticas, atividades esportivas, atividade de integração social e com o meio ambiente.

**Artigo 6º** - As classes e aulas da Escola em Tempo Integral, com relação às disciplinas do currículo básico e às atividades complementares desenvolvidas nas Oficinas Curriculares, serão atribuídas a docentes titulares de cargo efetivo.

**Parágrafo Único** - As aulas das Oficinas Curriculares poderão ser atribuídas ao docente titular de cargo efetivo, devidamente habilitado/qualificado para respectiva docência, em carga suplementar de trabalho.

**Artigo 7º** - A Escola em tempo Integral não será optativa, todo aluno matriculado na rede pública municipal de educação deve frequentar às 8 horas diárias de atividades.

**Parágrafo Único** - O aluno que, por qualquer motivo, não puder participar das Atividades Curriculares da Escola em Tempo Integral, o pai e/ou responsável deve requerer a dispensa e assinar um termo de responsabilidade ao respeito do desenvolvimento das habilidades do aprendiz.

**Artigo 8º** - Serão oferecidas 3 (três) refeições diárias sendo: lanche da manhã, almoço e lanche da tarde.

**Parágrafo Único** - No horário do almoço o aluno poderá optar por receber a refeição na unidade escolar ou ir para casa almoçar e retornar para as Atividades, caso tenha condições próprias de locomoção.

**Artigo 9º** - Cabe ao Poder Executivo expedir Decreto regulamentando e que disponha sobre o funcionamento e organização das Escolas de Educação em Tempo Integral.

**Artigo 10** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 31/01/2011.

Ilha Solteira, 27 de maio de 2011.

DR. EDSON GOMES  
Prefeito Municipal


Registrada e Publicada nesta  
Secretaria, na data supra.  
Francisco Persival Pereira Vital  
Secretário Municipal

CM/Secretaria-1/2011/LEI/IN COMPL/MENTARE/254-Escola Integral-Dt. Odemir Decz - DRB


Praça dos Paiaguás, 86 - fone/fax (18) 3742-3628 - fone (18) 3743-6000 - CEP: 15385-000 - Ilha Solteira-SP

Fonte: Ilha Solteira (2011).

**ANEXO F – Lei Nº 1658 de 02 de Setembro de 2009, que dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental.**



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira**  
ESTADO DE SÃO PAULO



**LEI Nº 1658, DE 02 DE SETEMBRO DE 2009.**

*Institui a Política Municipal de Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino de Ilha Solteira e dá outras providências.*

DR. EDSON GOMES, Prefeito Municipal de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - A Educação Ambiental é um processo de formação dinâmico, permanente e participativo, no qual as pessoas envolvidas passam a ser agentes transformadores, participando ativamente da busca de alternativas para a redução de impactos ambientais e para o controle social do uso dos recursos naturais.

**Artigo 2º** - A Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação, devendo estar presente no âmbito nacional de forma articulada e continuada em todos os níveis e modalidades dos processos educativos em caráter formal e não-formal.

**Artigo 3º** - Em consonância com o que estabelece as Políticas Federal e Estadual, para os efeitos desta lei, entende-se por educação Ambiental, o processo educacional transdisciplinar, nos termos dos parâmetros curriculares nacionais e segundo as diretrizes definidas pela Lei Federal nº 8.793, de 27 de Abril de 1999 que estabeleceram a Política Nacional de Educação Ambiental, bem como a Lei Estadual nº 12.780, de 30 de Novembro de 2007.

**Artigo 4º** - Fica incluída a Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino, como uma prática educativa integrada, de maneira transversal/interdisciplinar, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, na elaboração de projetos educativos, no planejamento de aulas e na análise do material didático.


**Artigo 5º** - Todas as unidades escolares do município estabelecerão em seu trabalho anual, suficiente número de horas para as discussões e a programação das atividades de educação ambiental a serem realizadas pela própria escola e/ou pelos professores de cada disciplina.

**Artigo 6º** - Os programas e atividades de educação ambiental, além dos conteúdos teóricos em salas de aula, deverão enfatizar a observação direta da natureza e os problemas ambientais, o estudo do meio, as pesquisas de campo e as experiências práticas, que possibilitem aos alunos adequadas condições para aplicação dos conceitos.


**Artigo 7º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das verbas afetadas ao poder executivo, suplementadas se necessário.

**Artigo 8º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, 02 de setembro de 2009.



Registada e Publicada pelo  
Secretário de Administração  
Francisco Perinot Pereira Neto  
Secretário Municipal



DR. EDSON GOMES  
PREFEITO MUNICIPAL

Sistema Integrado de Gestão Municipal - SIGMUN - 2009  
Rev. 3/2008

**Praça dos Paiaguás, 86 - fone/fax (18) 3742-3628 - fone (18) 3743-8000 - CEP: 15385-000 - Ilha Solteira-SP**

**ANEXO G – Pontuação de Ilha Solteira-SP no Programa Município VerdeAzul em relação ao critério de Educação Ambiental- Avaliação 2011, 2012 e 2013, respectivamente**

Educação Ambiental		
Lei Transversalidade/Regulam. (EA1) 1	Diretrizes pedagógicas (EA2) 2	Progr. de Educação Amb. Formal e não formal (EA3) 2
Descrição e comprovação de ações de Ed. Amb. (EA4) 3	Centro/espço de Ed.Ambiental (EA5) 1	Solicitação Prefeito - Pres. Conselho (EA6) 0
Pro- Atividade:2		1 -Capacitação de dirigentes e professores (EA7) 2- Ações de Ed. Amb. Intermunicipal ou regional (EA8)

Educação Ambiental		
Lei Transversalidade/Regulam. (EA1) 1	Diretrizes pedagógicas (EA2) 2	Progr. de Educação Amb. Formal e não formal (EA3) 2
Descrição e comprovação de ações de Ed. Amb. (EA4) 3	Centro/espço de Ed.Ambiental (EA5) 1	Solicitação Prefeito - Pres. Conselho (EA6) 1
Pro- Atividade: 2		1 -Capacitação de dirigentes e professores (EA7) 2- Ações de Ed. Amb. Intermunicipal ou regional (EA8)

**Observação:**

Educação Ambiental		
Lei Transversalidade/Regulam. (EA1) 1	Diretrizes pedagógicas (EA2) 2	Progr. de Educação Amb. Formal e não formal (EA3) 2
Descrição e comprovação de ações de Ed. Amb. (EA4) 3	Centro/espço de Ed.Ambiental (EA5) 1	Solicitação Prefeito - Pres. Conselho (EA6) 1
Pro- Atividade: 1		1 -Capacitação de dirigentes e professores (EA7) 2- Ações de Ed. Amb. Intermunicipal ou regional (EA8)
<b>Observação: EA7 - NÃO ENVIOU O CERTIFICADO/ LISTA DE PRESENÇA PARA COMPROVAÇÃO DESTE ITEM</b>		

Fonte: São Paulo (2013).